



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 30 DE ABRIL DE 2015

-----No dia trinta do mês de abril do ano de dois mil e quinze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Mário Sérgio Cunha e José Bernardino Nogueira com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município;-----
- 2 - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014; -----
- 3 - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; --
- 4 - Reconhecimento do Estatuto de Interesse Municipal - Encosta Geométrica Alumínios Unipessoal, Lda; -----
- 5 - Reconhecimento do Estatuto de Interesse Municipal - A Strongblue - Industria de Confeções, Lda; -----
- 6 - Segunda revisão ao orçamento da despesa, primeira revisão ao orçamento da receita e primeira revisão ao plano plurianual de investimentos; -----
- 7 - Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 2º grau para o cargo de dirigente da Divisão de Mobilidade e Equipamento, bem como designação do respetivo júri; -----
- 8 - Atribuição de despesa de representação aos dirigentes intermédios de 1º e 2º Grau para o mandato 2013/2017 – Retificação; -----
- 9 - Assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de Serviços de Transportes Escolares em transporte coletivo de passageiros ano letivo 2015/2016; -----
- 10 - Assunção de compromissos plurianuais - Procedimento para aquisição de seguros para a Câmara Municipal; -----
- 11 - Plano de Atividades 2015 - Lousada Séc. XXI - Aprovação do anexo em falta aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2015; -----
- 12 - Contrato de comodato celebrado entre o Município de Lousada e a União de Freguesias de Cernadelo, Lousada São Miguel e Lousada Santa Margarida, para utilização do polidesportivo de Cernadelo; -----
- 13 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para encargos que não excedam o limite 99.759,58; -----
- 14 - Reconhecimento de Interesse Público – Adriano Carneiro & Manuela – Recuperáveis Têxteis, Lda.; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

- 15 - Construção da Casa Mortuária de Lodares - atribuição de subsídio e autorização para assunção de compromissos plurianuais; -----
----- 16 - Construção da Casa Mortuária de Silvares – atribuição de subsídio e autorização para assunção de compromissos plurianuais; -----
----- 17 - Construção da Casa Mortuária de Macieira – atribuição de subsídio e autorização para assunção de compromissos plurianuais; -----
----- 18 - Construção da Casa Mortuária de Caíde de Rei – atribuição de subsídio e autorização para assunção de compromissos plurianuais -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Jorge Filipe de Almeida Ferreira em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Ferreira Teixeira, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Alberto Oliveira em substituição de Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Carlos Pinto Correia, Pedro Filipe de Sousa Gomes dos Reis em substituição de João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Filipe Moura Ribeiro, Clara Filomena Teixeira Trigo em substituição de António Filipe Cardoso Barbosa, José Bernardino Pinto Nogueira, António Esteves, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de vinte e nove membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Cândida Novais e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar a Assembleia que Jorge Filipe de Almeida Ferreira, substitui o membro António Carlos da Cunha Pacheco, que comunicou uma ausência por trinta dias, Virginia Luzia dos Santos Monteiro, substitui o membro Cidália de Lurdes Pereira Neto, que comunicou uma ausência por trinta dias, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira, substitui o membro Ana Sofia Martins de Bessa, que comunicou uma ausência por trinta dias, Agostinho Paulo Teixeira Moreira, substitui o membro Cristóvão Simão Oliveira de Ribeiro, que comunicou uma ausência por trinta dias, Clara Filomena Teixeira Trigo, substitui o membro António Filipe Cardoso Barbosa, que comunicou uma ausência por trinta dias, Pedro Filipe de Sousa Gomes dos Reis, substitui o membro João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, que comunicou uma ausência por trinta dias, Alberto Oliveira, substitui o membro Maria de Lurdes Oliveira e Castro, que comunicou uma ausência por cinco dias e Ricardo Filipe Moura Ribeiro substitui Diana Júlia Regadas até ao dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezasseis. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia os seguintes membros: José Manuel Teixeira Gonçalves e José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, que foi aprovada por unanimidade de trinta e um votos. -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número dezassete do seguinte teor: “ A bancada da coligação “Lousada Viva” – PPD/PSD-CDS/PP propõe um voto de louvor ao Clube Automóvel de Lousada pelo excelente trabalho que os seus dirigentes têm desenvolvido por Lousada ao longo das últimas três décadas. Através do desporto motorizado o Clube Automóvel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Lousada tem sabido prestigiar o concelho de Lousada. Quando com alegria assistimos ao regresso do Rally de Portugal a Lousada recordamos com saudade Jaime Moura e Paulo Sérgio Ribeiro, dois dos grandes obreiros do Clube Automóvel de Lousada. José Carlos Bessa Machado é outro protagonista a quem Lousada muito deve. Atualmente devemos registar com satisfação o trabalho desenvolvido por Jorge Simão, Presidente do Clube Automóvel de Lousada, que juntamente com a sua equipa dirigente conseguiram recuperar o prestígio do Clube e proporcionarem o regresso do Rally de Portugal a Lousada” -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e sete minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Teixeira Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- Intervenção da Sr^a Marisa Pereira do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados, excelentíssimo publico. Lousada vive momentos de alegria com o regresso do Rally de Portugal à nossa terra. Finalmente o Rally regressou a sua casa, a um concelho onde inevitavelmente irá proporcionar um grande espetáculo aos participantes mas acima de tudo aos amantes desta modalidade. Sabemos bem quanta paixão irão depositar neste momento glorioso. Os grandes aficionados do automobilismo em Portugal estão no Norte, os grandes aficionados do automobilismo em Portugal estão em Lousada. O nosso território oferece troços considerados os mais técnicos e mais difíceis da prova. Lousada tem tudo para tornar este evento num dos mais prestigiados do World rally Championship. Face a esta boa nova, é tempo de acreditar, estarmos juntos para fazer o melhor e proporcionar aos que nos visitam momentos de grande êxtase, comodidade e acima de tudo momentos inesquecíveis, vividos aqui em Lousada. É pois, importante para o campeonato do mundo de ralis, para o turismo, para a região e para país este entusiasmo de Lousada à volta do rali. Entendemos também que este é o momento para prestarmos uma justa homenagem à instituição do concelho que ao longo de mais de trinta anos tem contribuído para o desenvolvimento do desporto motorizado em Lousada, o CAL – Clube Automóvel de Lousada. As instituições são feitas por homens e mulheres. Foram grandes lousadenses que tornaram possível o desporto motorizado em Lousada, principalmente o desporto automóvel. Neste momento recordamos com saudade Jaime Moura, Lúcia Lousada e Paulo Sérgio Ribeiro. Jaime Moura o principal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

impulsionador, um visionário, um homem à frente do seu tempo. Lucia Lousada, outra grande lousadense e que foi presidente da Assembleia Geral do Clube Automóvel de Lousada. Paulo Sérgio Ribeiro, mais do que um funcionário do Clube Automóvel de Lousada, foi um dos maiores entusiastas do desporto automóvel em Lousada e impulsionador de muitas provas automobilísticas. Felizmente, ainda entre nós e com muito para dar a Lousada, não podemos esquecer o notável trabalho desenvolvido pelo senhor engenheiro José Carlos Bessa Machado, que juntamente com Jaime Moura formaram uma dupla notável. Fundaram o Clube e com eles o Clube Automóvel de Lousada e o nosso concelho atingiram uma notoriedade até hoje inigualável. Uma palavra muito especial também ao atual presidente do Clube Automóvel de Lousada, senhor Jorge Simão, pelo excelente trabalho que está a fazer. Este cumprimento é extensivo a todos os dirigentes do CAL. A Jorge Simão e ao Clube Automóvel de Lousada se deve o papel principal no regresso do Rally de Portugal a Lousada. Uma palavra também especial a todos os municípios que se associarem ao Automóvel Clube de Portugal e ao Turismo Porto e Norte, no regresso do Rally de Portugal ao norte do país. A nós, Lousada, cabe-nos saber aproveitar a oportunidade.” -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Certamente concordamos com tudo aquilo que foi dito e votaremos a favor. Mas, julgo que houve ali um conveniente esquecimento do papel do município neste regresso do Rali, não só essa questão, como também todos os ex-dirigentes e acima de tudo, os voluntários que ao longo destes anos contribuíram para que o Rali e o desporto automóvel em Lousada pudessem atingir o grau de notoriedade que atingiram. A questão municipal é algo que não ficaria nada mal ser referenciada nesse voto de louvor, nós fazemos, apenas, esta pequena adenda. Pequena adenda essa que o próprio presidente do ACP e o presidente do CAL, referenciaram por inúmeras vezes, a importância.» -----

----- A proposta número dezassete foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

o líder da bancada do partido socialista. Efetivamente, cabe no meu ponto de vista, pelo Regimento e por aquilo que são, digamos, o correto funcionamento das instituições e neste caso desta Assembleia, ao senhor presidente da Assembleia de convocar os líderes parlamentares para uma reunião de líderes, no sentido de se esclarecer um conjunto de assuntos que já se vem arrastando há demasiado tempo. E que eu de facto recordo, neste momento, que nós continuamos a reger-nos por um Regimento que está completamente desadequado com os grupos parlamentares que neste momento temos, que efetivamente a partir do momento que houve uma alteração do grupo parlamentar do partido socialista com a inclusão do independente, deixou de fazer sentido incluir no Regimento um tempo que existe para um independente que não existe. Portanto, este e outros assuntos que eu recordaria também, um assunto recorrente que o senhor presidente da Assembleia, numa das últimas Assembleias referiu, que é a constituição da Mesa, que de facto, não está ainda clarificada, não está esclarecida. Portanto está irregular para todos, inclusivamente para o seu próprio presidente que reconheceu, que disse que estava disponível para fazer um acordo. Portanto nesse aspeto, meus senhores, há aqui alguns procedimentos que era importante corrigir, e de facto podermos ter esta Assembleia a funcionar de uma forma muito mais correta e dentro daquilo que é lei.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia, estimados secretários da Mesa, presidente da Câmara e demais vereadores, estimados colegas, estimado público e eventual comunicação social presente. Irregular seria o presidente da Assembleia Municipal intervir neste momento, isso é que seria irregular, porque me parece que não lhe podem ser colocadas questões diretamente. De todo o modo relativamente ao funcionamento da Mesa, mais uma vez, está a bater numa questão que está mais do que resolvida, uma vez que, tanto quanto sei, a maior instância jurisdicional em Portugal já decidiu este caso. E portanto, tanto quanto sei, o problema está arrumado no que diz respeito ao cumprimento da Lei. Portanto aquilo que você tem de fazer, como todos nós, é respeitar as decisões dos tribunais, para isso é que há separação de poderes. Em segundo lugar, tanto quanto eu me lembro, da última vez que se falou na disponibilidade de um acordo, também se falou que seria o PSD a procurar esse acordo. Não sei se alguém procurou se não, digam-me, as informações que eu tenho é que não. Em terceiro lugar, relativamente à questão do Regimento estar desatualizado, eu também já tinha frisado, quando o meu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ilustre colega falou relativamente ao Regimento que essa questão de haver um independente que já está integrado no grupo parlamentar do partido socialista é facilmente ultrapassável, nos termos do direito e do próprio Regimento. Portanto não sei qual é que é a necessidade premente que a coligação “Lousada Viva” vê na revisão do Regimento, uma vez que me parece que isso não é uma questão de premente importância, que tenha um peso muito grande naquilo que é a condução dos trabalhos e naquilo que é a organização desta Assembleia. Portanto estamos a falar de não questões, estamos a falar de não assunto. Para falar de assuntos eu gostaria de trazer um assunto que me parece que está na ordem do dia, que a juventude socialista de Lousada, e bem, trouxe à ribalta nos últimos tempos, que se prende com a questão do número de efetivos de GNR que existem no concelho. E que a meu ver e a nosso ver é diminuto, nós conseguimos obter um compromisso por parte da Guarda Nacional Republicana de que iria aumentar o número de efetivos existentes aqui no concelho. No entanto penso que não é de mais relembrar, dado que esta Assembleia e as pessoas que nos estão diretamente relacionadas, tem influência nos centros de poder. Vimos muito recentemente uma deslocação de deputados do PSD a Lustosa, penso que seria bom também, que fosse exercida uma tentativa de influência no sentido de que Lousada tenha mais presença da GNR, nos dias de hoje é fundamental. Eu recorro que, e salvo erro, no caso de um acidente numa ponta do concelho nós só temos uma patrulha para acorrer a acidentes, em caso de acidentes simultâneos, só temos uma patrulha. Parece-me que o nosso concelho já justifica ter um maior peso para acorrer a todos os factos que carecem dessa necessidade. Isto acaba também por ser um bocadinho uma achega ao executivo municipal, no sentido de também exercer a sua influência política, no sentido de melhorar este aspeto no nosso concelho.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só para completar a informação do meu colega João Correia. Tenho a informar que são exatamente esses dois assuntos que combinamos, eu e o líder da vossa bancada para a próxima semana. Ele entraria em contacto comigo, para marcamos uma reunião para esse efeito. E para completar o que disse o meu colega, é que, legalmente de facto está fechado. Só que o senhor presidente da Assembleia e o senhor presidente da Câmara comprometeram-se a que estaríamos disponíveis para discutir estes assuntos, tanto o assunto da constituição da Mesa, como o assunto do Regimento. Portanto vocês não tomaram a iniciativa de combinar com alguém uma reunião nesse sentido, nós tomamos, exatamente ontem, e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vosso líder não me disse nada em contrário, aceitou a marcação dessa reunião. Portanto ficamos a aguardar.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Eu só muito rapidamente, dando nota das questões que foram postas e da sua pertinência, não está em causa isso, direi que, como o João Ferro teve o cuidado de dar nota, já tinha tido o cuidado de me pôr ao corrente do que se estava a passar. Portanto até agora não senti, salvo outra interpretação, não senti, nem me fizeram sentir a necessidade dessa premência, desse tipo de reuniões. Portanto foi por essa razão e não há outra razão, que inviabilizasse esses encontros. Eu entendo que os líderes parlamentares de ambos os grupos, possam conversar e se entender, não preciso até de eu próprio estar presente, mas se assim o entenderem estarei com certeza com todo o gosto. Aliás foi isso que eu disse com toda a clareza, não me custa rigorosamente nada fazê-lo, desde que nos compatibilizemos todos em termos de horário. Julgo que há aqui disponibilidade total de ambas as partes, como o João já referiu. Em relação à outra matéria, eu direi também que essa questão é uma questão em aberto. Eu fiz a interpretação que fiz, o presidente também não vê inconveniente que a gente possa sentar-se, dando claramente um indicador que não há nada fechado. Independentemente das decisões judiciais há disponibilidade para conversar, para encontrar uma solução que seja digna.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal: «Só para dar nota desta questão dos efetivos do GNR. Eu próprio, já diversas vezes falei com o comandante distrital do GNR, o tenente-coronel Mariz dos Santos, ele tomou nota e deu-me também o registo que é uma das preocupações que ele tem para o distrito. E que, infelizmente, há outros postos que estão ainda pior que Lousada, mas que é uma das lutas que ele não se tem cansado de travar. Vamos ver se é possível ver esse reforço.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção da Sr^a Virginia Monteiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal e restante membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, senhores deputados municipais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

excelentíssimo público e comunicação social efetivamente aqui presente. Senhor presidente da Câmara, permita-me que lhe faça uma pergunta muito concreta. Quem é que é hoje o legítimo proprietário da Torre de Vilar, monumento que integra a Rota do Românico? É a Câmara Municipal de Lousada? É a Associação de Municípios do Vale do Sousa? É uma senhora de nome Amélia? Ou são os herdeiros do senhor Armando Queirós? Senhor presidente da Câmara como justifica esta trapalhada? Como diz, é um assunto muito complicado. Senhoras e senhores deputados para quem não sabe, passo a explicar: em tempos, a Câmara Municipal de Lousada comprou a Torre de Vilar e os terrenos anexos. Comprou e pagou. Comprou através de um procurador que disse representar uma tal de D. Amélia que se arrogava de proprietária. Agora aparecem outros que afirmam serem os legítimos proprietários, os herdeiros do senhor Armando Queirós e têm provas documentais. Afirmam ser proprietários da Torre de Vilar e de várias centenas de metros quadrados juntos à mesma Torre. Senhoras e senhores deputados, mas para avançar todo este negócio, diria antes negociata, a Câmara de Lousada tinha conhecimento da existência de um contrato promessa outorgado entre o senhor Armando Queirós e a Associação de Municípios do Vale do Sousa, relativo á aquisição da Torre de Vilar, a fim de esta ser integrada na Rota do Românico. Relembro que o município de Lousada é associado da Associação de Municípios do Vale do Sousa e o senhor presidente da Câmara de Lousada é um dos seus dirigentes executivos, ou seja, como é possível que um presidente da Câmara, advogado de profissão, tenha alinhado numa tamanha irregularidade? Então a Câmara de Lousada sabendo que a Associação de Municípios do Vale do Sousa tinha assinado um contrato promessa com o promitente vendedor, o então, senhor Armando Queirós, e depois aparece uma outra pessoa que diz representar a legítima proprietária, uma tal de D. Amélia, outorga escritura com esta senhora. Será que ninguém aqui no município de Lousada achou estranho este negócio? Prometeram por escrito comprar a Torre de Vilar do senhor Armando Queirós e depois acabam por adquirir a mesma Torre, o mesmo edifício a uma terceira pessoa. Esta trapalhada é resultado, certamente, de muito desleixo. Senhor presidente da Câmara, quanto é que a Câmara Municipal de Lousada pagou ao procurador da tal D. Amélia pela aquisição da Torre de Vilar e em que ano outorgou a escritura de compra e venda? Quanto é que a Câmara poderá ainda ter que gastar para resolver esse imbróglio? Sei que há bastante tempo tem conhecimento desta situação, porque dela não deu conhecimento a todo o executivo camarário? Apenas se pronunciou sobre o assunto quando questionado pelo vereador Dr. Leonel Vieira. Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

presidente de Câmara, por fim, o que tem feito nos últimos tempos para desvendar o mistério da propriedade da Torre de Vilar? E já agora, foram apuradas responsabilidades por esta negligência ou por toda esta incompetência? Terminando usando palavras suas senhor presidente de Câmara, quando entende que determinada situação é da responsabilidade de terceiros, face à Câmara Municipal, “ exigimos que desta vez a situação se resolva”. E aproveito para acrescentar, esclareça, queremos resposta.» ---

----- Intervenção da Sr. Agostinho Paulo Moreira do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, excelentíssimo público e comunicação social. Senhor presidente de Câmara, nesta minha primeira intervenção, enquanto membro deste órgão, quero interpelar vossa excelência sobre alguns assuntos, e para os quais, esperamos que mereçam a melhor atenção. Primeiro assunto, falta de água em Barrosas Santo Estevão. Tomamos conhecimento que nas últimas semanas, ocorreram vários cortes no abastecimento de água à população, por exemplo, no lugar de Pinheirinhos, senhor do Padrão e na Rua de Belmonte. O último corte aconteceu neste último fim-de-semana, as populações ficaram privadas de água durante, mais de vinte e quatro horas. O problema não atinge proporções alarmantes porque grande parte da população de Barrosas Santo Estevão ainda não tem acesso à rede de abastecimento de água. Pergunto: qual o motivo ou motivos destes constantes cortes? Quando é que o município prevê concluir em Barrosas Santo Estevão a rede de abastecimento de água? Informo a Assembleia que a rede de saneamento básico em Barrosas Santo Estevão é também ainda uma miragem, há ainda muito a fazer. Para quando senhor presidente da Câmara a conclusão da rede de saneamento? Está em causa a saúde pública da população de Barrosas Santo Estevão, sabemos que o presidente da Junta da União das Freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estevão, o senhor Armado Silva comunga destas nossas preocupações e também sabemos que Junto da Câmara Municipal, há muito que vem reclamando a conclusão das redes de abastecimento de água e saneamento. Mas, como sabemos, é à Câmara Municipal que cabe resolver este grave problema. Aguardamos senhor presidente da Câmara soluções rápidas. Segundo assunto, antigo hotel de Lousada, situado na Rua Combatentes da Grande Guerra. É notório o estado de degradação daquele edifício, que está em ruínas, há perigo de derrocada de parte do edifício. O que tenciona o município fazer para salvaguardar a segurança de quem por lá passa? Há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mecanismos legais para resolver o problema? Está o município disposto a fazer obras necessárias, se o proprietário não estiver disponível? O que fez até hoje o município para resolver aquele problema? Terceiro assunto, piso em mau estado na Rua Visconde e Alentém. A requalificação urbana da Vila de Lousada concluiu-se há pouco tempo, mas parece que já foi há muitos anos, atendendo ao mau estado de conservação de algumas vias da nossa Vila. Decorridos pouco mais de dois anos desde a conclusão da requalificação urbana da Vila, podemos hoje concluir, com mais certezas, aquilo que então os vereadores da coligação “Lousada Viva” afirmaram sobre o projeto e as obras de requalificação, uma oportunidade perdida. As obras realizadas tem pouca qualidade e os materiais utilizados também são de fraca qualidade. No caso concreto da Rua de Visconde e Alentém, apesar de diversas intervenções, o piso está cada vez mais irregular e com tendências para se deteriorar, porque ainda não passaram os cinco anos desde a conclusão das obras, o que pensa o senhor presidente da Câmara fazer para corrigir aquele piso?» -----

----- Intervenção da Sr^a. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A definição..., no sentido de uma visão mais abrangente do homem, que passa a ser entendido não apenas na sua dimensão física, mas também, como ser social e cultural. Atualmente o conceito de saúde tem uma visão multifatorial, onde se destacam o grau de desenvolvimento económico, a educação a cultura, a segurança social, o ambiente, a habitação e não só a ausência de doença ou enfermidade. O plano nacional de saúde é um conjunto de orientações, recomendações e ações concretas de carácter estratégico, em que a capacidade de manter e promover o potencial de saúde está sob a responsabilidade do cidadão, das famílias, das comunidades, das organizações da sociedade civil, do setor privado e social, assim como, do nível do planeamento estratégico nacional. Por isso, os serviços de saúde devem merecer a melhor atenção de todos nós. Como autarcas, temos responsabilidades acrescidas, no sentido de criar condições, para que todos os cidadãos tenham acesso aos cuidados de saúde. Podemos ter boas estradas, boas escolas, bons pavilhões gimnodesportivos, organizar festas, palestras, mas se não houver saúde, se não formos capazes de criar condições para que os nossos munícipes, tenham os necessários cuidados de saúde, tudo o resto, deixa de ser relevante. E em Lousada como sabemos debatemos com graves problemas na área da saúde, alguns dos quais exigem uma premente resolução, que passamos a enumerar. Como sabe senhor presidente nas três extensões de saúde do concelho, Caíde de Rei,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Meinedo e Lustosa faltam recursos humanos. Aliás como já foi dito, por nós, nesta Assembleia. O ACES Tâmega III-Vale do Sousa Norte deveria ter no seu efetivo, cento e quatro assistentes técnicos administrativos e tem apenas sessenta. Ao nível dos assistentes operacionais estão a funcionar apenas com sessenta por cento do pessoal necessário efetivo. Acontece que as extensões de saúde de Meinedo, Caíde de Rei e Lustosa tem cada uma apenas um assistente técnico administrativo. Cada extensão de saúde não pode funcionar sem assistentes técnicos administrativos, mesmo havendo estagiários ao abrigo da CEI – Contrato de Emprego e Inserção. Se por qualquer razão o assistente técnico administrativo não se encontrar ao serviço, mesmo havendo médicos a extensão de saúde tem de encerrar. Como já aconteceu em Meinedo e em Caíde. Esta falta de assistentes técnicos na unidade de Caíde e de Meinedo condiciona, inclusive o funcionamento destas unidades de saúde, o horário que deveria ser das oito às vinte no polo de Caíde, está a funcionar das oito às dezoito, enquanto o polo de Meinedo funciona apenas das oito às dezasseis. Outra situação que carece de urgente intervenção senhor presidente, é que em Meinedo está sediada a única UCC - Unidade de Cuidados da Comunidade, que engloba os cuidados paliativos, mas que para funcionar em pleno, necessita também urgentemente de um assistente técnico administrativo e de uma viatura. Temos no nosso concelho, neste momento, dois mil utentes sem médicos de família. É certo que há cinco anos atrás estávamos pior, tínhamos infelizmente, cinco mil utentes sem médicos de família. No entanto neste momento existem mil e quinhentos utentes sem médicos de família em Lustosa e quinhentos em Meinedo. Segundo o senhor presidente do ACES, estes utentes apesar de não terem médico de família, não deixam de ser atendidos por um médico, são contemplados pela denominada consulta aberta. Tivemos também conhecimento senhor presidente, que o conselho clínico do ACES, defende o encerramento da extensão de saúde de Meinedo, alegando falta de recursos humanos e proximidade às extensões de saúde de Lousada e Caíde de Rei. E numa clara intenção de encontrar mais argumentos para encerrar a extensão de saúde de Meinedo, os utentes sem médico de família, têm sido aliciados a encontrar médico de família nas extensões de saúde de Lousada e de Caíde de Rei. Isto no futuro, vai repercutir na falta de utentes ou no baixo número de utentes neste polo. Podendo ser o principal motivo, se não o único, para o seu encerramento. Senhor presidente, outra situação já aqui por nós alertada nesta Assembleia, são as péssimas instalações da extensão de saúde de Lustosa, fazendo com que o atendimento clínico à população não seja prestado nas condições mais desejadas. As obras na antiga escola de Bouça Cova em Lustosa para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aí ser instalado o novo centro de saúde, teimam em não arrancar, apesar de todos os esforços e disponibilidade demonstrada pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estevão, presidida pelo senhor Armando Silva. E como não podia deixar de ser a coligação Lousada Viva sempre se mostrou preocupada com todos estes graves problemas na área da saúde, que afetam a população lousadense. E no nosso entender com tendência a piorar. Por isso o PSD Lousada achou importante solicitar a intervenção dos deputados do PSD na Assembleia da República, eleitos pelo círculo eleitoral do Porto, que visitaram o nosso concelho no passado dia treze de abril. Da visita obtivemos a disponibilidade dos senhores deputados para que junto da ARS e do ministério da saúde, tudo fazerem para que os problemas aqui apresentados sejam efetivamente ultrapassados. Foi-nos garantido, desde já, que a extensão de saúde de Meinedo não vai encerrar e que brevemente o problema dos assistentes técnicos administrativos ficará resolvido, bem como a situação dos utentes sem médicos de família. Para terminar, deixe-me dizer-lhe senhor presidente, que partilho da sua opinião, como já tive a oportunidade nesta Assembleia de o referir, que a necessidade de poupança não pode por em causa a qualidade dos serviços públicos essenciais prestados aos cidadãos, nomeadamente na área da saúde. O grande objetivo da coligação “Lousada Viva” é que todos os cidadãos lousadenses tenham igualdade no acesso aos cuidados de saúde, seja qual for a sua condição económica, onde quer que vivam. Bem como garantir a equidade na distribuição dos recursos e na utilização dos serviços de saúde.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente eu queria aproveitar este momento também para interpelar o senhor presidente relativamente a uma situação que tem vindo a acontecer relativamente às juntas de freguesia. Efetivamente, já o ano passado, nós aqui tivemos a oportunidade de chamar a atenção para um problema que aconteceu durante o verão, em que as Juntas de Freguesia, e de certa maneira, como uma extensão e uma colaboração profícua com a Câmara Municipal no sentido de resolver os problemas de proximidade, que nós fazemos, e ficou plasmado no protocolo, de uma forma, até melhor. Aconteceu que durante o verão do ano passado os materiais não estavam disponíveis para que um conjunto de obras, um conjunto de situações fossem resolvidas, digamos com sucesso. Acontece que nós pensamos que seria uma situação que fosse de casualidade, num período pós eleitoral e com alguma indisponibilidade financeira, mas estamos neste momento no início de Maio e as Juntas no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seu todo ou pelo menos na sua globalidade continuam ainda também com o mesmo mecanismo, ou seja, sem disponibilidade de materiais para resolver um conjunto de situações prementes para os nossos cidadãos. Portanto eu sei que temos recebido as mais diversas explicações, mas explicações não resolvem os problemas que as pessoas todos os dias se deparam. Portanto queríamos chamar a atenção o senhor presidente da Câmara que isto é uma situação que, não pode continuar a acontecer, estou ainda muito mais temeroso que, atendendo ao que aconteceu até agora, vamos ter mais um verão, onde os materiais quando chegarem estaremos já em outubro, dezembro, andarmos a fazer betuminoso, a deitar alcatrão com chuva, a criar problemas para futuro naquilo que não são as melhores condições para realizar obra. Era importante que efetivamente os concursos e inclusivamente as verbas que o senhor vereador desta área possa ter para estas obras seja reforçada e que se consiga fazer um conjunto de obras que não estão a ser feitas. Porque se não acontece o que aconteceu durante este ano, que se andou a tentar resolver o problema com alcatrão a frio, tapando os buracos onde eles existiam e passado uma semana estavam outra vez a descoberto, porque isso não é solução. A solução é uma solução estrutural, nós temos de ter um concelho que ao nível global seja equilibrado nas suas infraestruturas, nas suas acessibilidades e na forma como os cidadãos usufruem daquilo que também são os seus direitos. E não pode haver, neste aspeto, uma centralidade exagerada em relação a alguns assuntos como são estes. Também queria perguntar ao senhor presidente relativamente ao assunto do GNR o seguinte, há bocadinho falou que teve uma conversa com o responsável regional da GNR. Eu queria saber se fez alguma interpelação direta à tutela, oficialmente ou se foi apenas uma conversa que teve com o responsável distrital? E se também, àquilo que é uma das mais vantagens da democracia, que é, termos deputados eleitos por círculos de proximidade, tendo nós em Lousada um deputado, se alguma vez, no fundo os deputados existem, de certa maneira, para defenderem os interesses das populações que os elegeram, independentemente do partido mas o importante é sobretudo a região, é sobretudo a área geográfica de onde eles são oriundos, se efetivamente também interpelou o nosso deputado na Assembleia da Republica por Lousada, no sentido de fazer chegar à tutela este assunto e outros, como por exemplo, a situação que diz respeito à saúde?» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Este é um ponto em que é fundamentalmente dirigido ao senhor presidente da Câmara, que irá responder às questões aqui postas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Mas não posso deixar de fazer uma observação à intervenção da senhora Dr.^a Sandra, eu por acaso até concordo, quase na totalidade da sua intervenção, só que se enganou no destinatário, o senhor ministro da saúde aqui em baixo não está, lá em cima também não o vejo. Enganou-se.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente à saúde, é lógico que eu também concordo com essa situação. Só que o alvo primordial não é esta autarquia, certamente, é o ministério da saúde. E, tem sido um desinvestimento brutal nesta área em benefício, quiçá do setor privado, e até essa intervenção, sem qualquer tipo de brincadeira até deveria ser enviada ao senhor secretário de estado da saúde, ao Dr. Leal da Costa, que depois de uma famosa reportagem da TVI, em que se mostrava o caos das urgências, isto não tem qualquer explicação possível, depois de se ver pessoas a morrer nos corredores, a serem relatados factos em que as pessoas urinavam e defecavam nos corredores, disse que aquilo que viu é que o serviço nacional de saúde funcionava bem e que as pessoas estavam bem asseguradas nas macas, não caíam abaixo delas. Eu acho que uma situação destas nem foi explorada o suficiente, porque demissão, era o mínimo que se deveria exigir. Eu neste caso também concordo que os deputados da Assembleia da República deveriam fazer tudo pelo seu concelho. Agora uma situação como o centro de saúde de Lustosa que na altura pelo secretário de estado do governo socialista e fora partidariesses, o Dr. Manuel Pizarro, estaria tudo mais ou menos alinhado para que isso fosse feito, acontece que passados quatro anos continua tudo na mesma. Eu acho que não é preciso que o presidente da Câmara e nós aqui, que também falamos disso, interceder superiormente para que essas pessoas tomem essa iniciativa. Vir cá fazer uma visita e dizer que está tudo bem e depois vamos ver. Isso é benéfico mas qualquer um poderá fazer isso. Eu gostava de ver, era mesmo, tanto do PSD, como do PS, todos eles, que apesar de não termos deputados de Lousada temos da região, a defenderem com unhas e dentes a sua região á parte do centralismo. Parece que as pessoas quando vão para Lisboa começam-se a esquecer cá de cima e isso é comum a todas as bancadas, e todos nós sabemos que assim é. Relativamente a outro assunto, que tem a ver com o setor das águas e aqui gostaria de ter outro tipo de intervenção. Foi com satisfação que vimos que a Câmara Municipal de Lousada foi premiada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, face à qualidade dos seus serviços. E este reconhecimento vem numa altura em que há outro episódio menos positivo para os lousadenses e no geral para todos os portugueses. É que no passado dia nove de abril, de dois mil e quinze, se não estou em erro, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

governo aprovou uma fusão, uma reforma do setor das águas, agregando vários subsistemas, alegando a importância da coesão territorial, palavras muito bonitas que se usam, harmonização tarifária entre o litoral e o interior, contudo, nós sabemos muito bem qual é o intuito desta situação, é resolver o problema financeiro de alguns subsistemas de águas. Algumas empresas de Águas de Portugal encontram-se numa situação perfeitamente deficitária, outras, como julgo eu, que seja o caso da nossa, está numa situação estável, e a estratégia do governo é recorrente, é a mesma receita aplicada em tudo. Da mesma forma como fizeram o Fundo de Apoio Municipal, em que os municípios que estavam endividados, a solução que encontraram, em vez do estado assumir as suas responsabilidades, porque o estado sim é que tem o dever de fiscalizar todas estas situações, resolve pôr os outros municípios que sempre resolveram os seus problemas e tiveram contas em ordem, a pagar as dívidas dos outros. É lógico que o sistema pode ser visto de outra forma, a dizer que não é bem assim, o dinheiro vai para um lado e depois é distribuído. Mas esta parte do setor das águas é igualmente esta situação. Portanto as autarquias, como a de Lousada que cobram o verdadeiro preço, deste bem essencial e acima de tudo um bem essencial ao serviço público e a todos nós, que é impensável ser privatizado, julgo que é isso que estaria a acontecer. As Câmaras são obrigadas a perder o pouco poder que ainda detém nesta relação tarifária, para depois, se fundirem com outros sistemas completamente deficitários, como eu já disse, havendo um claro prejuízo dos cidadãos. Portanto eu acho que neste período de interpelação ao senhor presidente de Câmara, julgamos que é imperioso travar a extinção das Águas Douro e Paiva e consequente integração, julgo que nas Águas do Norte, se não estou em erro, será esse o nome. E não é só um imperativo para Lousada, é para toda a gente e para todos subsistemas, porque há uma situação que já foi falada por vários presidentes de Câmara, alguns deles até do interior do país que supostamente seriam beneficiados com esta situação, mas que sabem que no futuro o processo encaminha para uma privatização, em que o preço da água pode aumentar cerca de quarenta por cento. Portanto, e é notório e para que fique bem claro, que esta responsabilidade nunca pode ser imputada à Câmara Municipal de Lousada. Vão haver momentos mais calorosos de luta política ou partidária etc, mas eu acho que esta situação tem que ser realmente vista da forma como ela é, e com verdade. Portanto, é o entendimento desta bancada, julgo que também de todos, apoiar o senhor presidente da Câmara em todos os mecanismos legais que estejam à sua disposição, ele e certamente com os outros municípios de todas as cores partidárias, para travar esta autentica situação calamitosa, de forma a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

remeter esta função, que não é nada mais, nada menos do que privatizar a águas, para um serviço que nunca, mas nunca, deve sair da esfera pública.»

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu tenho quase a certeza que o senhor presidente da Câmara irá esclarecer a maior parte das perguntas que aqui foram colocadas, mas há duas ou três achegas que eu não poderia deixar de colocar. A primeira é relativa à intervenção da Dr.^a Sandra, eu não tenho a mínima dúvida que a saúde está no estado que a pintou aqui, nós temos um deputado que também é membro desta Assembleia, que está na comissão de saúde do parlamento, há três anos que ele lá está e ainda não vi nada. Agora vi uma reportagem muito recente na comunicação social em que ele disse, que sim senhor vai diligenciar no sentido de prover os nossos postos de saúde aqui do concelho, com as pessoas necessárias e eu estou convencidíssimo que ele terá todo o poder político para o fazer. E eu cá estarei, em breve, para pedir contas de facto dessa legislatura ativa e dessa realização ativa que ele fará. Não o fez em três anos, mas eu estou consciente que até ao final do mandato, se ele o prometeu e disse na comunicação social, até outubro o nosso colega Simão, meu caro amigo, irá completar esse desiderato. E depois há uma coisa que eu gostava de dizer, esta questão das águas assume uma particular relevância, importância para nós. E eu estranho muito que o PSD esteja particularmente atento ao desempenho do Clube Automóvel de Lousada, ou que esteja particularmente atento a uma descida de umas décimas na taxa de IMI, estando em causa tudo aquilo que é o orçamento familiar, e quanto a esta questão das águas e de um aumento que poderá chegar a quarenta por cento, diz zero. Isto é de estranhar. A isto chama-se, seguir aquilo que são as indicações superiores de Lisboa. Porque quando algo vai subir, cerca quarenta por cento para as famílias do nosso concelho, os senhores não dizem nada, mas quando desce umas décimas no IMI, os senhores queixam-se que é pouco. Eu acho que vocês deviam definir as vossas prioridades.»

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhora Dr.^a Sandra, não era para falar sobre isto aqui, mas concordo com a senhora quando diz que tudo tem influência na questão de saúde e muito mais naquilo que lhe vou dizer, três milhões de portugueses em risco de pobreza e de exclusão social, vinte e sete e meio por cento dos portugueses. Seiscentos e quarenta e quatro mil jovens em risco de pobreza e exclusão social, constitui vinte e cinco por cento dos jovens em risco entre os dezoito e vinte e quatro anos. Vinte e quatro virgula quatro por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

cento das crianças portuguesas em risco de pobreza e de fome. Houve em relação ao ano anterior, um aumento de dois vírgula um por cento, na quantidade de pessoas em risco de pobreza e exclusão social. Portugal foi o país da união europeia com maior aumento com risco de pobreza. Acho que devem transmitir isso ao governo do vosso partido.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu queria só tecer aqui duas ou três considerações que acho importantes e pertinentes. Em primeiro lugar concordar com algumas intervenções do Nelson e do João, no sentido de reforçar uma ideia que eu acho que é importante, quando estamos na ação política. É que, há muitos canais de se fazer chegar e pressionar determinado tipo de decisões, e todos eles são importantes. De facto, o nós termos um deputado, o senhor presidente da Câmara de uma forma institucional, nos canais próprios que o tem, todos devemos estar unidos quando estamos a defender os interesses de um concelho e de uma região. Este no meu ponto de vista, é um ponto assente e que é importante que nós de facto consigamos perceber. Agora há uma questão que no meu ponto de vista é fundamental, o canal mais normal, o canal mais correto, é sempre o canal institucional. Portanto toda a força que lhe pudermos dar no sentido institucional, é por aí que temos que passar e depois, nas laterais fazer todo o trabalho que tenhamos que fazer. Uma questão que eu queria colocar ao senhor presidente da Câmara é relativamente à saúde. De facto foi aqui feita uma abordagem em relação aos problemas que nós temos na saúde no nosso concelho, sobre tudo com os centros de saúde Meinedo, Caíde e Lustosa. Eu gostava de questionar o senhor presidente da Câmara, porque no fundo também, poderemos ter uma oportunidade de fazer diferente e fazer melhor, qual é a posição do senhor presidente da Câmara sobre as delegações de competências no âmbito da saúde, que o governo, neste momento, está a realizar já com alguns concelhos em termos de experiência. O que é que pensa esta Câmara Municipal relativamente a assumir esse compromisso porque nesse aspeto poderá ter nas mãos uma capacidade de fazer diferente e fazer melhor. Outra situação tem a ver com a situação da água. A questão da visão que foi referida aqui pela bancada do partido socialista, do meu ponto de vista, é muito redutora, porquê? A questão da água, é um bem essencial que a médio prazo pode tornar-se escasso. Eu sou completamente favorável á posição que de facto a água nunca poderá ser privatizada, isso para mim é um ponto assente, pessoalmente nesse aspeto, mas há uma outra questão que tem a ver com a igualdade dos cidadãos em Portugal relativamente aos custos da água.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Portanto, no meu ponto de vista, não posso entender, que haja cidadãos porque estão mais próximos das fontes de captação e que outros cidadãos porque estão mais longe terão que pagar um preço adicional. Acho que o país tem de ter uma posição de uma certa igualdade na forma como trata todos os cidadãos. Por outro lado é importante não esquecer que de facto se formos batalhar nesses aspetos de diferenciações significativas, podemos um dia, mais tarde, termos aquelas pessoas que são do interior de onde vem a água, a reter a água, e nós no litoral, que neste momento estamos a ter a água mais barata, no futuro pudemos por em causa todos esses princípios, que de facto, teria que haver alguma desigualdade nos preços.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu só para prestar um esclarecimento, eu também acho isso relativamente à água. Agora a forma como conseguiram fazer para chegar lá é que não. Não quero condenar uma autarquia que esteja completamente deficitária à pobreza eterna. Agora, o senhor responsável político de x em x anos fez mal, vocês têm que ser pobres no investimento, pobres em tudo até conseguirem pagar aquilo que devem. Não acho isso, isso é quase como uma certa posição, quase que europeia que em tempos muito próximos vingava, e que agora começa-se a tentar esbater, que os povos do sul paguem aquilo que devem, e só depois... Agora a forma como se chega lá, neste caso das águas a forma de igualar os preços é aumentando. Não é o estado, mais uma vez, e isso abrange todos os governos, ter uma fiscalização atenta junto dos vários subsistemas, que não a teve, deixou tornar alguns deficitários e agora, somos todos nós que vamos ter que pagar para conseguirmos contrabalançar a balança, mas esta balança não fica por baixo, a balança tende a ficar bem equilibrada com preços bem mais altos. É só apenas essa questão mas penso que estamos de acordo.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal: «Começando pela intervenção da deputada Virginia Monteiro. Eu começo por dizer que eu às vezes fico com a clara sensação que alguns deputados, parece que me fazem um teste á minha paciência. Mas podem estar à vontade que eu sou muito paciente. Portanto vou responder com serenidade, apesar das considerações infelizes, ignóbeis, “ negociata”. Negociata lemos nós aí numa carta dum vosso militante, a acusar um distinto colega do partido, ainda esta semana, mas não vamos por aí, eu vou-me tentar abstrair. Eu percebo que alguém lhe encomendou essa intervenção que fez, lamento o facto de usar a Assembleia Municipal para defender uma das partes que intervém neste processo, e já lhe vou explicar porquê. Isso é notório.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Começando pelo início, quando houve a perspectiva de intervir na Torre de Vilar, aliás o assunto da Torre de Vilar deve ser para quem já cá anda a alguns anos e estão aqui alguns que andam há muitos mais anos que eu, deve ser dos temas mais falados aqui nesta Assembleia Municipal antigamente pelo Dr. Arnaldo Mesquita, por exemplo, quando a Torre estava completamente degradada, até uma árvore tinha a crescer dentro e hera. E de facto devíamos era congratularmo-nos por termos resolvido um problema grave e ter revitalizado um conjunto significativo de património e com ele criar um produto turístico de excelência que é a Rota do Românico. E portanto nessa altura, quando surgiu a primeira candidatura, candidatura como sabe que foi apresentada pela Associação de Municípios do Vale do Sousa que é ainda a entidade que detém a Rota do Românico, era necessário apresentar um documento comprovativo de legitimidade para intervir na Torre. E na altura, a apreciação que fizeram na Associação de Municípios, foi de que, eventualmente, o legítimo possuidor da Torre seria o falecido senhor Armando Queirós. Alguém, julgo eu, da Associação de Municípios contactou com ele, e ele assinou um documento, que não é um contrato-promessa, foi um documento a autorizar a intervenção, com prazo, que julgo que termina para o ano, se a memória não me atraiçoa. Foi a apreciação que fizeram na altura, se calhar com pouco tempo, se calhar não com o cuidado devido. E portanto cumpriram aquela formalidade, para junto da comissão, não haver problemas na candidatura, ela foi aprovada e as obras fizeram-se. Uns anos mais tarde, já a outro propósito, eu julgo que de outra candidatura, da envolvente, chegaram à conclusão de que aquela apreciação que foi feita não estaria correta e que a Torre seria de uma outra pessoa. Entretanto para isso solicitaram autorização dessa pessoa, que é uma Dona Amélia, e numa fase já posterior precisamente quando acabou o anterior quadro comunitário, em que nós através do overbooking conseguimos a aprovação de uma candidatura para fazer o Parque de Vilar. Houve necessidade de comprar um conjunto significativo de terrenos e compramos uma área à dona Amélia, através de um seu representante, que é o procurador, sobrinho, fizemos o acordo e estivemos sempre na convicção de que naqueles terrenos rústicos que nós adquirimos estaria incluída a Torre. E Porquê? Porque a Torre estava completamente em ruína e é normal que os prédios que estão há muitos anos, como estava aquele em ruína, que não estejam identificados na matriz e no registo como urbanos. Portanto fez-se o contrato e nunca ninguém, que eu saiba levantou grandes problemas, apesar de umas conversas, quem é que devia ser convidado ou não para inauguração, pelo menos chegou-me essa mensagem que alguém terá ficado melindrado por não ter sido convidado. Confesso que não dei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

grande relevância a isso porque sempre estive na convicção de que quem era o legítimo proprietário daquele imóvel. Mais recentemente, há cerca de três, quatro meses, a senhora conservadora aqui da conservatória de Lousada, ligou-me porque tinha aparecido um pedido de registo na conservatória dos herdeiros do falecido senhor Armando Queirós, que pretendiam registar a Torre e ainda um terreno envolvente, não sei agora qual era a área. A senhora conservadora queria saber se aquilo era do domínio público ou era do domínio privado municipal. Contei-lhe o que estou a contar aqui e pedi para mandar o ofício e nós futuramente iríamos responder. Foi o que fizemos, respondemos no sentido de que na nossa opinião o imóvel estava integrado naqueles terrenos que a Câmara comprou. Depois, parece que alteraram o registo, só registaram o imóvel, já prescindiram do terreno envolvente. Por outro lado, levaram a registo com uma diligência comum, quando não há grande certeza quanto àquilo que se está a fazer, que foi o facto de se fazer um aditamento à relação de bens. Quando houve o inventário não constava aquele imóvel da herança e portanto foi agora, recentemente, que fizeram um aditamento à partilha e com base nisso é que estão a levar a registo. Entretanto os herdeiros falaram comigo, eu dei-lhes nota do que estou a dizer aqui que estava, e estou na convicção de que aquele imóvel teria sido adquirido pela Câmara por estar incluído no dito rústico. Eles deram-me nota da posição deles que não é esta, não é coincidente. E dei-lhe nota também que teríamos de apreciar o assunto com mais profundidade e no limite teria de ser os tribunais a resolver. Não vejo como é que pode vir para aqui falar de negligência, incompetência, irregularidades, negociata. Lamento é o facto de vir para aqui defender um particular em detrimento de outro. Porque no fundo temos aqui dois particulares. A questão não foi colocada a título de esclarecimento. Foi um pedido de esclarecimento com muitos juízos de valor, muito negativos, e é isso que eu lamento. Quanto à intervenção da Dr.^a Sandra. Bom, eu confesso que parecia uma moção de censura ao governo. Podia ser perfeitamente, adaptava-se tudo aquilo que disse e não podia estar mais de acordo com tudo o que disse, mas em abono da verdade, acho que há aqui alguns pormenores que também devia referir ou devia ter referido. Um dos pormenores, é que, se Meinedo tem o centro de saúde que tem, deve-o ao governo do partido socialista e a uma pessoa em particular que é aqui do Norte, que é o atual vereador da Câmara do Porto, Dr. Manuel Pizarro. Eu estive nesse processo e garanto-vos que se não fosse o empenho dele, Meinedo não teria aquelas instalações. Ele próprio veio, já numa situação curiosa inaugurar, porque quando ele esteve envolvido na decisão ainda não tinha funções no governo, era meramente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

deputado, mas com responsabilidade nesta área da saúde, e depois veio cá inaugurar essas instalações. E no mesmo dia, foi comigo a Lustosa homologar o protocolo que a Câmara de Lousada assinou com a ARS, para fazer algo que nos parecia muito simples, que era aproveitar as instalações da escola primária de Bouça Cova que estavam devolutas, fazer obras de conservação, pequenas obras interiores e conseguir ali um espaço com excelentes condições para a prática médica. Infelizmente, era isso que vocês deviam dizer, em vez de vir aqui dizer que estiveram lá os deputados do PSD, todos nós sabemos que antes das eleições o problema vai estar resolvido, acho que ninguém tem dúvidas quanto a isso, mas também vos garanto, que se não estiver, logo a seguir vai estar. Porque eu não acredito que este governo continue, e aí dou-vos a garantia que o próximo governo, se for do PS, o problema é resolvido, praticamente de imediato. Agora andar com esta chicana política, acho que não foi para isso que nós fomos eleitos. Andar aqui a enganar as pessoas, devíamos é todos lamentar, um assunto tão simples não ter sido resolvido ao fim de três anos. Isso é que é de lamentar, quando estão criadas todas as condições para o problema ser resolvido. A Câmara disponibilizou o espaço, a Câmara sempre em colaboração com a Junta de Freguesia quer com o anterior presidente, quer com o atual, sempre em perfeita sintonia para resolver o problema. Lembro um episódio muito infeliz que nada abona o salutar relacionamento entre instituições, foi o facto de eu ter marcado uma reunião e uma deslocação ao local com o anterior presidente da ARS e no próprio dia ficamos todos à espera e o senhor não apareceu. Ligamos para lá e inventou a desculpa de que o neto tinha ficado doente. Ligamos para lá depois e eu disse à secretaria que é natural que aconteça mas o mínimo era ter-nos avisado. Infelizmente, pelos vistos era uma conduta frequente dessa pessoa. É o estado da saúde em Portugal, é revelador do estado doentio da saúde em Portugal. Entretanto, como sabem, a ARS tem um novo presidente, logo que ele tomou posse eu tive o cuidado de lhe mandar um ofício, a desejar-lhe as maiores felicidades no desempenho deste cargo que assumiu, e a lembrar, a fazer no fundo um historial de todo este processo e pedi-lhe uma audiência, essa audiência já existiu umas semanas antes dessa dita dos deputados. Dizer também, porque me esqueci, que entretanto aproveitei quando tinha essa dita reunião marcada com o anterior presidente e uma vez que estavam aí os técnicos da ARS, por quem não tenho a mínima razão de queixa, antes pelo contrário, o engenheiro José Carlos Poças e o arquiteto José Carvalho disponibilizaram-se para colaborar connosco e fazerem um esboço daquilo que será o layout necessário para intervenção. Fizeram-no, mandaram-no, os nossos serviços de arquitetura fizeram um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

projeto e no dia em que eu fui agora recebido pelo novo presidente, já levei o projeto feito e disse-lhe, senhor presidente está aqui o projeto, foi feito em articulação com o vosso serviço. Agora só falta orçamentar a obra, se for necessário a Câmara também se disponibiliza e por parte da Câmara e da Junta de Freguesia a garantia de que nós colaboramos para resolver o problema. Portanto, se isto não foi resolvido é por má vontade. Agora, virem aqui congratular-se por um feito, que não tenho dúvidas, que vai acontecer, acho que é oportunismo político. Quanto à intervenção do senhor presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, disse aqui que era lamentável, que os materiais não estejam disponíveis para resolver problemas prementes para os nossos cidadãos. Senhor presidente, quem nos dera a nós ter capacidade de resposta para todas as solicitações e quem nos dera a nós termos as disponibilidades que têm os armazéns de materiais de construção civil. Aliás nem eles têm porque agora não têm stock, temos de esperar, como sabem. Portanto as coisas não estão fáceis, a nossa prioridade é para situações de grande urgência, e aí, estamos sensíveis para de imediato resolver os problemas. As outras intervenções, obras novas, tem que ser ponderado, e aí, quem define as prioridades, vão-me desculpar e é para todos os presidentes de Junta, não podem ser vocês, tem que ser a Câmara, em função daquilo que é o nosso planeamento e daquilo que é a nossa disponibilidade. Naturalmente que temos que vos ouvir, temos de ponderar, mas a decisão é nossa. Eu sei que no seu caso particular há obras que vêm detrás alguns compromissos, temos a noção disso, mas tudo que for obra nova tem de ser devidamente falado connosco, articulado connosco, porque nós não temos a capacidade de resposta que já houve noutros anos, no passado, maior desafogo financeiro. Apesar da Câmara ter uma situação económica e financeira equilibrada, como adiante vamos testemunhar, as coisas não estão fáceis, não estão fáceis para vocês e não estão fáceis para nós. Ao longo do ano há períodos que nós sentimos mais dificuldades, terá sido o caso que referenciou. Entretanto agora com a questão desta revisão já resolvemos, já reforçamos algumas rubricas, foi possível reforçar alguns concursos, vamos ter maior margem de manobra para resolver os problemas, mas sempre com esta nuance, que de facto, a nossa disponibilidade é muita, mas depois a operacionalidade é limitada em função daquilo que são as nossas possibilidades. Depois dizer-lhe que na minha opinião não é a pessoa mais indicada para dizer que não pode haver uma centralidade exagerada, porque por aí teríamos, cada vez mais, que nos virar para as outras freguesias, tem essa vantagem e o professor Vilar também de estarem aqui mais no centro, mas a questão não é essa, nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tentamos intervir em todo o concelho. Depois perguntou-me se eu fiz algumas diligências junto da tutela, julgo eu relativamente a esta questão da saúde. Junto da GNR, o que lhe posso dizer quanto a isso é que não fiz, nem acho que vá-lha a pena. Estou cansado, vou-lhe dar um exemplo, que não foi falado aqui e que me preocupa e que eu tenho falado no âmbito da CIM. A CIM vai tomar uma posição, aliás agora nestes dias, sobre alguns assuntos que devem merecer de todos nós um repúdio muito grande e que demonstra bem a falta de orientação dos nossos governantes. Saiu uma portaria, há dois meses, talvez, que tipifica o território, as freguesias como rurais ou urbanas para efeitos de classificação de zonas desfavorecidas, tem efeitos remuneratórios e repercussões ao nível dos apoios para os agricultores, por exemplo, e fiquei incrédulo, quando vi que Lousada tinha todas as suas freguesias urbanas. E Paredes, todas as suas freguesias rurais e Valongo, todas as freguesias rurais. É o país que temos. De imediato, no mínimo é pedir uma audiência com a tutela, continuamos a aguardar essa audiência. E vamos continuar, já nos chegou a mensagem, por outras vias, de que só em dois mil e dezassete é que vão alterar isso. Enfim, começo a ficar cansado deste relacionamento institucional e vou tomar publicamente uma posição dura, para demonstrar a falta de senso e a falta de orientação que reina no nosso país. Depois, se interpelei o nosso deputado. Como disse e bem aqui o João, sendo deputado de Lousada, estando ele na comissão de saúde, o que eu depreendo é que não conhece os problemas do nosso concelho, mas isso é normal porque ainda é muito jovem. Quanto à questão da extinção das Águas Douro e Paiva. É um assunto muito preocupante, não só para Lousada mas para todos os municípios que são associados desta empresa. E lamento, quem veio aqui, julgo que foi o senhor presidente da Junta também, o Dr. Fausto Oliveira, dizendo aquilo que é normal, a água é um bem essencial, um bem escasso é certo, não tão escasso quanto isso na nossa zona, felizmente, mas a questão que está subjacente a esta política não é esta. O que diz o governo e aqui o ministro do ambiente está determinado a seguir este caminho, não ouve ninguém, quem me diz isso são colegas vossos, colegas meus presidentes de Câmara mas eleitos pelo PSD, o ministro até tem proximidade com alguns deles e que não está sensível a ouvir opiniões contrárias, está determinado a consumir a fusão de todos estes sistemas multimunicipais e criar as Águas Norte. E essa criação das Águas Norte pressupõe a extinção das Águas Douro e Paiva. O que nós municípios entendemos é que isto é quase uma fraude, porque nós entramos num determinado pressuposto, somos acionistas de uma empresa, temos direitos enquanto acionistas e portanto temos de ser ouvidos num processo de extinção de empresa, não podem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

extinguir a empresa à nossa revelia, contra a nossa vontade. Imagine alguns de vocês que sejam empresários vir alguém, um sócio, a empresa acabou, e vocês têm de aceitar essa decisão. Como é que fizeram isso? Através do mecanismo de alteração da lei mas entendemos e temos um gabinete de advogados a tratar disso, entendemos que é ilegal, que é inclusivamente inconstitucional, vamos reagir contra isso. Nós tínhamos a expectativa de a concessão acabando e poucos anos faltaria para acabar, todas aquelas infraestruturas seriam dos municípios, teriam um valor avultado e tudo isto fica defraudado. Agora vem uma nova concessão, com novos prazos, com muitos menos direitos. E dizia eu há pouquinho que o argumento que usam é que é necessário criar mais equidade e mais justiça, e portanto, deve haver uma harmonização no tarifário. Isso é treta. Não sei se viram uma reportagem, não sei se foi na SIC, se no canal 1, sobre esta matéria, em que o senhor presidente das Águas de Portugal dizia precisamente isso, e depois a jornalista perguntou-lhe, e o senhor consegue garantir que a água vai baixar nos locais onde ela vai ser mais barata? E ele disse, não isso não posso garantir. E depois entrevistaram a senhora presidente da Câmara de Portalegre que é justamente uma das Câmaras que porventura vai beneficiar de ter água mais barata e ela disse não eu não dou garantias de que a água vai baixar porque eu preciso de dinheiro para investir nas redes. Isto é uma falácia completa. A única coisa que vai alterar é o preço da água para as entidades gestoras que a compram, mas depois se a água vai ser mais cara ou mais barata para os munícipes isso depende da entidade gestora. Agora porquê que nós estamos preocupados? Porque se o nosso sistema está devidamente estabilizado e sustentável, se tivermos um aumento de quarenta por cento no custo da aquisição da água, das duas, uma, ou a Câmara passa a ter prejuízos brutais e fica com o sistema completamente insustentável, ou tem que refletir isso nos consumidores. Se vocês concordam com isso, eu lamento, eu não posso estar mais contra do que estou relativamente a este assunto. Depois sobre a pergunta que me fizeram, o que é que eu penso sobre a delegação de competências, nomeadamente, nesta área da saúde. Disse-o inclusivamente ao senhor presidente da ARS, infelizmente o estado não tem sido uma pessoa de bem para com a Câmara Lousada, temos exemplos disso, nomeadamente na educação, em que tudo são flores, tudo irá correr bem, e depois nem sequer cumprem aquilo que fica escrito, quanto mais aquilo que não fica escrito. Não cumprem, conforme já foi falado aqui. Num país que desinveste cada vez mais em setores essenciais como é a saúde, e estes exemplos que aqui foram referenciados de instalações degradadas, de centros de saúde com apenas um assistente técnico, isto revela a falta de investimento, a falta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

visão e de importância que este governo dá à saúde. Qual é a solução? É descartarmos-nos do problema, vamos entregar o problema a outros. Assim qualquer um de nós governa, ficamos com aquilo que é fácil de gerir e que nos interessa, aquilo que não nos interessa entregamos aos outros e com uma grande vantagem, nós é que fazemos as regras. E daqui a uns anos, fecha-se a torneira, e depois nós é que ficamos com o problema nas mãos sem qualquer recurso, como aconteceu já em diversas áreas. Aliás eu tenho dito isso repetidamente mas quem sou eu para apreciar as condutas de outros municípios que estão a aderir a esta delegação de competências, muito embora como sabem, são casos muito experimentais por enquanto. Há aqui um perigo terrível que é o seguinte, até agora as transferências de competências, têm uma transferência financeira também, mas as Câmaras conseguem saber que valor é esse, que vem para fazer face àquelas competências. O que está previsto agora, no orçamento de estado, é que elas vêm diluídas com as outras transferências, ou seja esses municípios daqui a uns anos não sabem quanto é que estão a receber por causa dessas transferências de competências. Portanto ficam numa posição terrível de insegurança, mas cada um sabe, há de saber defender da melhor forma os interesses. Eu confesso, acho que concordo com o que disse, as Câmaras têm todas as condições, pela proximidade que têm, de prestar um serviço de maior qualidade, isso é inegável, mas lamento não sentir confiança no estado para, de boa-fé, celebrar um acordo desses. Não quer dizer que não me sente à mesa para negociar, mas só se conseguisse prever todas estas preocupações para que, quem cá estiver daqui a muitos anos, possa ter as mesmas condições que eu encontrei quando cheguei à Câmara Municipal. Nós devemos servir o interesse público, servir a nossa população, mas sem nunca hipotecar os interesses das gerações vindouras. Começando pela água de Santo Estevão. É verdade o que disse, nós deparamos com uma situação muito desagradável, que não estamos habituados, e resulta do seguinte, não houve problema nenhum com as nossas condutas, com a nossa rede. Acontece que aquela franja do território é servida por um reservatório de Felgueiras, isso acontece recorrentemente, não é só aqui em Lousada mas noutros concelhos, não faria sentido só por causa de um pequenino aglomerado fazer um reservatório, no território há outro reservatório que pode servir, de outro município, faz-se acordos e o problema fica resolvido. E portanto Felgueiras está ali com um problema na sua rede, teve lá uma avaria, estavam com alguma dificuldade de resolver o problema, nós ainda fomos para lá, julgo que uma sexta-feira ao final de tarde, com as nossas máquinas, com o nosso pessoal e demos uma ajuda para resolver o problema, mas pelos vistos, ele depois repetiu-se. Nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estamos preocupados, conhecemos bem o nosso sistema mas não conhecemos, nem temos que conhecer o sistema dos outros, ficamos aqui numa posição de fragilidade. Envolvemos as Águas Douro e Paiva que têm que dar aqui uma resposta diferente e com mais garantias. Portanto está-se a estudar agora aqui a possibilidade de se alterar a solução, porque enfim, é um assunto, cuja causa, o problema não depende de nós e nós não podemos fazer muito para evitar que situações do género possam vir a ocorrer e portanto o que há a fazer é procurar uma solução que nos dê mais garantias para que essa situação não volte a acontecer. Depois para quando a conclusão da rede de água. Nós, não só em Santo Estevão mas grosso o modo em todo o concelho temos condições para servir praticamente todos os munícipes. Agora vamos procurando intervir à medida que as pessoas vão solicitando, manifestando esse interesse, porque não fará sentido, como sabem, fazer uma extensão de rede, se não houver clientes, porque não se consegue garantir a qualidade da água. Quanto ao saneamento, a questão é mais complexa porque há mais trabalho a fazer. No caso de Santo Estevão está programada uma obra a curto prazo, mas como sabem nos últimos anos não houve grande disponibilidade em termos de fundos comunitários para o saneamento. Eu tive a oportunidade de estar em Sangalhos, há duas semanas atrás, numa sessão que o POVT levou a cabo para fazer o ponto de situação dos projetos apoiados por este programa operacional territorial, e dei nota publicamente numa intervenção que fiz, lamentando o facto do ciclo urbano da água não ter sido uma prioridade neste quadro comunitário que está agora a encerrar. Embora tenha sido afeto muito dinheiro a esta área, foi sobre tudo para os sistemas em alta. Os sistemas em baixa que é o que nos preocupa a nós, as nossas redes não tiveram esse apoio. Aliás, lamentei também, o facto, e acho que isso foi propositado, foi uma tentativa de o governo condicionar os municípios para que eles entregassem as baixas. Como é que o fez? Nós, antes de abrir esse aviso de candidaturas, fomos abordados e também já foi dito aqui nesta Assembleia, para entregarmos as águas e o saneamento e ofereceram-nos uma quantia muito apreciável também, conforme aqui já foi dito, dissemos que não. Passado um tempo abrem os avisos para as candidaturas e ficamos incrédulos, porque só podiam apresentar candidatura as entidades que tivessem simultaneamente a baixa e a alta ou seja aquelas entidades que tivessem entregue as redes de água e saneamento podiam apresentar candidatura as outras não. Foi o nosso caso e da maioria dos municípios. Isso era uma forma inqualificável de condicionar os municípios, também manifestamos na altura o nosso repúdio por isso e numa fase mais tardia alteraram as regras mas já pouco dinheiro havia. E portanto a senhora presidente do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

POVT acabou por reconhecer que de facto não houve grande disponibilidade para esse efeito. Vamos ver agora, com este quadro comunitário, para ver se de uma vez por todas se resolve o problema. Sendo certo que no caso de Lousada nós não ficamos parados, antes pelo contrário, temos feito muita obra, com quatro ou cinco equipas depende da altura por administração direta, gradualmente estamos a fazer muita obra e aproveitamos também e por isso é que eu fui a essa sessão, apresentamos agora ao overbooking do POVT duas candidaturas, com valor muito considerado, de quase dois milhões de euros. Portanto espero que elas sejam aprovadas, porque dá-nos aí algum conforto para novos investimentos nesta área do saneamento, uma vez que até agora esse investimento tem sido feito, sobre tudo, com orçamento municipal. Relativamente ao antigo hotel de Lousada já existe decisão de demolição. Está na fase de marcar a diligência para demolir, eventualmente a Câmara ou o proprietário. Sendo certo que o proprietário entrou em processo de falência, agora é representado por uma administradora de insolvência e isso atrasou um bocadinho o processo, porque estando a decisão tomada, o proprietário terá toda a vantagem de ser ele próprio a demolir, porque porventura fica-lhe mais barato. Mas o assunto está devidamente acompanhado e em poucos dias terá solução porque já existe decisão de demolição, foi identificado o perigo iminente de ruína. Quanto ao piso da Rua de Visconde de Alentém, de facto ele tem algumas anomalias mas não tem que ver com a qualidade dos materiais. Os materiais são de boa qualidade. Agora tem de facto algumas anomalias que têm de ser corrigidas, julgo que também sabem que o empreiteiro que fez a obra também está em processo de insolvência, também tem dificultado as situações, é um trabalho que tem de ser feito, e no limite, se não for de outra forma temos de acionar as garantias.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014; -----

----- Intervenção da Sr^a. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «O ponto que agora discutimos diz respeito aos documentos de prestação de contas no exercício do ano económico dois mil e catorze, cuja deliberação do órgão executivo mereceu a abstenção dos vereadores da coligação “Lousada Viva”. Em boa verdade fazer a síntese dos documentos que nos remetem seria tarefa exigente, não fosse o balanço que ao longo do ano fomos fazendo. Nesta mediada esta exigente tarefa fica relativamente facilitada, porquanto permite-nos aferir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quantitativamente aquilo que temos vindo a afirmar. Em termos globais, em dois mil e catorze o grau de execução orçamental ficou ligeiramente acima dos setenta por cento, mas, preocupante é continuar a perceber o elevado valor em despesas correntes ou seja de funcionamento que contrariamente às despesas de capital ou seja de investimento. No que diz respeito às receitas, é verdade que grande parte destas advêm das receitas correntes, onde se incluiu o aumento proveniente dos impostos diretos e indiretos, com destaque para o aumento das receitas provenientes do IMI, do imposto único de circulação e da taxa de saneamento. Aliás, devemos recordar que uma das primeiras medidas da gestão do atual presidente, foi o aumento de um por cento na taxa de resíduos sólidos urbanos, dois por cento na taxa da água e dois por cento na taxa de saneamento. Lembro que esse foi o brinde do novo executivo camarário às famílias lousadenses. Lamentavelmente para este ano corrente de dois mil e quinze os aumentos vão ser muitíssimos superiores. Entretanto, verificamos também um decréscimo de receita ao nível do IMT, diríamos sinais dos tempos, que obrigam o município a adaptar-se às contingências orçamentais e otimizar a gestão dos recursos existentes. O município não pode, nem deve, continuar a orçamentar ilusões, veja-se a título de exemplo, o orçamento de quase um milhão e oitocentos mil euros, previstos com a venda dos terrenos em Lustosa, resultado, zero. Zero euros de receita, mas pior, zero na capacidade e no resultado da captação de investimentos que potenciem a geração de postos de trabalho, criação de riqueza no concelho e aumento das receitas para o município. Por outro lado, o município dá-se ao luxo de aumentar exponencialmente as despesas de propaganda, em aquisições de serviços, avenças, publicidade e produção da revista camarária. Sim, porque de municipal tem muito pouco, não dá vez, nem voz às Juntas de Freguesia, não dá vez, nem voz aos eleitos pela oposição. É a revista do regime. Senhor presidente não acha que a revista municipal deveria ser do município, cumprindo a função de divulgação da atividade do município e de todos os representantes democraticamente eleitos? Como tivemos a oportunidade de observar, o ano de dois mil e catorze foi devotado à política do *show of*, com recurso à aquisição constante de publicidade, programas de TV, páginas no JN, jornais locais, etc., custando milhares de euros aos munícipes lousadenses, apenas pela necessidade de autopromoção. Mas a prestação de contas e as explicações dadas aos vereadores da coligação “Lousada Viva”, em reunião do executivo, demonstram outros dados e evidências que interessa ressaltar, afinal, houve um aumento de tempo de pagamento a fornecedores, assim como o pagamento de faturas transitadas em atraso. De salientar ainda a contínua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

falta de capacidade do município em implementar um sistema de contabilidade de acordo com a lei, com centros de custos desagregados, onde se registem, adequadamente, todos os gastos realizados pelo município, quer por questões de controlo, rigor, exigência e transparência. Sendo esta uma situação, anormalmente, normal neste município, leva-nos a perguntar: por que razão se mantém? Uma vez que viola e contraria a lei e as orientações da inspeção levada a cabo pela finanças. Com a execução de obras por administração direta, com aquisição e aplicação direta e fornecimento de materiais a entidades terceiras, não será de todo importante que exista este centro de custos, por questões de controlo de gastos, maior eficiência de recursos, maior transparência e boa gestão de recursos, senhor presidente? Continuamos a afirmar que a médio prazo, sem fundos comunitários e sem empréstimos, as receitas do município darão para pagar salários e manter os serviços correntes, sobrar muito pouco para fazer novas obras e para construir equipamentos. O ano de dois mil e catorze, fica marcado por diversos gastos na estrutura orgânica do município e na propaganda levada a cabo. A título de exemplo, a despesa com membros do gabinete de apoio à presidência custa ao erário público oitenta e oito mil euros por ano. As entidades participadas apresentam perdas no valor de trinta e dois mil novecentos e quarenta e sete ponto dezoito euros, grande parte destas perdas são, mais uma vez, com a participação na Lousada Séc. XXI, que apesar dos cento e setenta e cinco mil euros anuais, atribuídos pelo município, continua a onerar as contas do município. O passivo do município situa-se em quase catorze milhões de euros, e em breve, recorrer-se-á a mais crédito. Outras instituições do concelho, nomeadamente, comissões de fábrica, Igrejas e outras associações, receberam mais apoio financeiro da Câmara Municipal do que a maioria das Juntas de Freguesia. Que fique bem claro, que a coligação “Lousada Viva” não está contra as ajudas financeiras atribuídas a estas instituições, mas o que defendemos, senhor presidente, é que o valor atribuído às Juntas de Freguesia deveria ser manifestamente superior. Senhor presidente, é tempo de olhar mais para os interesses do concelho e dos lousadenses e menos para interesses partidários e mesmo interesses próprios. O recente acordo estabelecido com todas as farmácias do concelho é revelador de que a existência dos eleitos pela coligação “Lousada Viva” dá frutos. Não fossem os vereadores da coligação “Lousada Viva” provavelmente continuaria a haver apenas uma ou duas farmácias a serem beneficiadas com os apoios sociais concedidos para aquisição de medicamentos por pessoas carenciadas. Agora os lousadenses têm a facilidade de poderem adquirir esses medicamentos com o apoio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

municipal, junto das suas residências ou nas farmácias por si escolhidas. Não fossem os eleitos pela coligação “Lousada Viva”, membros ativos presentes e intransigentes na defesa do seu contrato eleitoral e o município também não estaria a apoiar ou assegurar as despesas com seguros e exames médicos em todas as modalidades desportivas em Lousada. Em suma, a nossa preocupação não é trica política, basta consultar as atas de reuniões do executivo para se observar as dezenas de propostas e recomendações, na área social, económica, desportiva, educação, emprego e captação de investimento, que os eleitos pela coligação “Lousada Viva” têm feito, no sentido de melhorar as condições de vida dos lousadenses. E a nossa preocupação aqui bem demonstrada é, e continuará a ser, Lousada e os lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Minhas senhoras e meus senhores, vou-me referir às afirmações dos senhores vereadores do PSD na Câmara municipal, porque a intervenção da senhora Dr.^a Sandra é praticamente um decalque das informações que eles prestaram. Na reunião do executivo da Câmara Municipal de Lousada, do passado dia vinte, e referindo-me apenas às afirmações com algum conteúdo relevante para a discussão do assunto em questão, sobre, os documentos de prestação de contas do ano de dois mil e catorze, o senhor vereador do PSD, o Dr. Agostinho Gaspar, teceu as seguintes considerações, inseridas na sua declaração de voto, e que passo a comentar: “Os resultados operacionais aumentaram, mas também os resultados financeiros aumentam e que irão aumentar mais consequência do volume dos empréstimos”. Sim, aumentaram os resultados operacionais e os resultados correntes, tendo aumentado negativamente os resultados financeiros, não como consequência do volume dos empréstimos, como afirma, mas essencialmente pelas perdas em entidades participadas e por não terem havido, como em dois mil e treze, rendimentos de participação de capital. O facto da maior perda nas participadas ser da responsabilidade da Lousada Séc. XXI, perda de vinte e oito mil setecentos e vinte e três euros, não me surpreende, pois os cortes constantes por parte do governo nos rendimentos das famílias teria de ter um efeito negativo neste tipo de atividades, assim como em muitas outras. Apesar do valor considerável e positivo das “vendas e prestações de serviços” desta empresa, no valor de cerca de seiscentos mil euros, é no entanto um assunto que merece a maior atenção por parte do executivo. O facto de terem diminuído os rácios referentes à liquidez, nomeadamente o da liquidez geral, é pouco significativo. O importante é que este rácio continua com um valor bem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

acima de 1, portanto o valor de 1,31, o que significa que todo o passivo de curto prazo, a um ano, está sobejamente garantido pelo ativo de curto prazo. Também o rácio de 0,5 para a liquidez imediata permite-nos afirmar que existem disponibilidades para garantir cinquenta por cento de todo o passivo de curto prazo. Em relação à diminuição da liquidez geral eu na minha primeira intervenção que fiz no mandato anterior aqui nesta Assembleia eu até disse que às vezes diminuir o rácio da liquidez geral era um bom ato de gestão. E porquê? Porque a liquidez geral contribui para rendibilidade e como a liquidez geral do cálculo da rendibilidade vem no denominador, quanto maior for a liquidez geral, a rendibilidade é menor. Portanto por vezes é um bom ato de gestão diminuir a liquidez geral. Só que na Câmara não é como nas empresas porque a Câmara tem que contar com alguns subsídios e transferências do estado que não sabe quando é que elas chegam. Portanto normalmente tem que dar uma folga para a liquidez geral. Contrariamente ao afirmado os empréstimos bancários diminuíram de dez milhões trezentos e sessenta e quatro mil, em dois mil e treze, para nove milhões duzentos e seis mil em dois mil e catorze. O que aumentou foi a dívida de terceiros, incluindo a do estado, ao município, que juntamente com cerca de novecentos e vinte e dois mil, cerca não exatamente novecentos e vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e dois euros que o executivo vai ser obrigado, salvo decisão em contrário no futuro, a entregar ao Fundo de Apoio Municipal, e cuja contabilização em dois mil e catorze na conta dois, seis, oito, foi obrigatória, tiveram uma influência negativa em diversos rácios, nomeadamente nos índices de liquidez, de solvabilidade, de rendibilidade, de endividamento, assim como no aumento pontual do prazo médio de pagamentos a fornecedores. Diz que, é preocupante o valor crescente das dívidas de terceiros à Câmara Municipal de Lousada e diz, o que “demonstra a incapacidade do município em cobrar dívida”. Pois, o mapa de execução da receita demonstra exatamente o contrário, mantendo o município um elevado grau de cobrança da receita, que se situa acima dos noventa e sete por cento de receita corrente. Quanto às afirmações e confusões do costume sobre a dívida do município refere, “o passivo de treze milhões oitocentos e setenta e um”. Não é verdade, o passivo é de cinquenta e três milhões duzentos e sessenta e sete mil, que tem como contrapartida um ativo de cento e trinta milhões setecentos e cinquenta e um mil. O valor que refere é o da dívida total bruta. Como muito bem diz o executivo tem um limite de endividamento total bruto, estabelecido por este governo, no valor de trinta e um milhões oitocentos e setenta e seis, o que concederia ao município a possibilidade legal de se endividar em mais cerca de dezassete milhões de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

euros. Isto é se o município além da dívida total bruta ainda fizesse uma dívida de mais de dezassete milhões de euros não teria qualquer problema legal. Mas o que conta para aferir da situação financeira do município é de facto a dívida líquida, que se situava em dezembro de dois mil e catorze em nove milhões trezentos e oitenta e quatro mil que, assim como o passivo exigível líquido, diminuiu em relação a dois mil e treze, apesar dos avultados investimentos, nomeadamente nos centros escolares realizados em dois mil e catorze. Isto é, a dívida do município mantém-se absolutamente controlada. Como diz o senhor presidente da Câmara vai ter de ser implementado, pelos serviços do município, um sistema de contabilidade de custos. Entretanto, considero pertinente referir, que devido aos constrangimentos impostos pelo governo, nomeadamente na contratação de pessoal, que será necessário avaliar, se o quadro de pessoal existente no departamento financeiro, será suficiente para garantir que essa tarefa possa ser realizada com a responsabilidade e o sucesso exigidos. De facto, ainda não foi possível em dois mil e catorze obter receita através da venda de terrenos da zona industrial de Lustosa. Mas estão hoje incluídas na ordem do dia duas propostas de reconhecimento do estatuto de interesse municipal para a instalação de duas empresas na referida zona industrial. Não foi em dois mil e catorze, não, mas vai ser em dois mil e quinze. Para além disso, e porque a captação de investimento não se mede apenas pela instalação de empresas na zona industrial de Lustosa, vou ler o que escrevi em Fevereiro deste ano, num artigo no TVS, com o título de “Mais uma vez, não têm razão!” em que dizia: “Porque o desemprego em Lousada é dos mais baixos em todo o distrito do Porto e porque teve das maiores descidas em dois mil e catorze relativamente a dois mil e treze, e ainda porque Lousada foi dos concelhos em que mais empresas se têm criado nos últimos tempos (sessenta e cinco empresas que foram criadas no concelho de Lousada de janeiro a Março de dois mil e catorze, não há dados posteriores a esta data), pode-se concluir que as políticas seguidas pela Câmara Municipal de Lousada têm sido as mais corretas, relativamente ao incentivo ao emprego e à captação do investimento”. Quanto à declaração de voto do senhor vereador Dr. Leonel Vieira, e referindo-me ao único tema por ele mencionado com alguma relevância para o ponto em discussão, tenho de dizer o seguinte: É muito natural que, para quem nunca conseguiu compreender a importância do Complexo Desportivo de Lousada, da construção do parque urbano, Mário Fonseca, nos terrenos onde foi concretizada, para quem sempre considerou as obras de regeneração do centro da vila como uma oportunidade perdida, é natural que confunda a “promoção” do concelho de Lousada, absolutamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

necessária e essencial depois de todos os extraordinários investimentos realizados em todo concelho, com iniciativas “da área da propaganda”.» ---

----- Intervenção da Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras vereadoras, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhora e senhores presidentes de Junta, excelentíssimo público e comunicação social presente. Senhor presidente da Câmara, venho aqui só para lhe colocar três, quatro questões, não na generalidade, porque isso, a minha colega do grupo já teve a oportunidade de o fazer na sua intervenção, independentemente das considerações que possam ser tidas ou não. Após a análise da prestação de contas de dois mil e catorze, verificamos que os gastos, quanto à rubrica do gabinete de apoio á presidência, rondam os oitenta e oito mil euros. Aqui coloca-se uma questão política, é do conhecimento público que o senhor presidente do partido socialista de Lousada exerce funções diariamente no município, isto a apesar de não ter sido eleito ou nomeado para tal. É também do conhecimento público que o senhor presidente da Câmara já referiu que essas funções são exercidas sem qualquer vencimento. Assim sendo, quero-lhe colocar as seguintes questões: não conseguimos perceber, se para além do senhor presidente do partido socialista de Lousada não ter qualquer vencimento com as funções que exerce no município, essas mesmas têm algum custo, ou seja, essa prestação de serviços tem ou não algum custo para o erário público? E aqui eu vou ser mais específico nas questões, por exemplo, usa viatura do município? Tem um gabinete próprio dentro do município? Tem autonomia para entrar e sair do município? Usa telemóvel do município? Gostaria também de saber, ainda, o seguinte, estes gastos, se é que os há, e em caso afirmativo, estão dentro desta rubrica dos oitenta e oito mil euros que estão anexados aos custos de apoio ao gabinete do presidente?» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Em relação a esta última questão que pôs o Dr. José Gonçalves queria só muito rapidamente referir o seguinte: um funcionário em regime pro bono, é um funcionário, não deixa de ser um funcionário por isso, só que não tem um vencimento. Minhas senhoras e meus senhores, dos mapas de prestação de contas de dois mil e catorze, balanço e demonstração de resultados podemos retirar as seguintes conclusões: Verificou-se um elevado grau de execução da despesa e da receita correntes o que revela o cuidado na elaboração dos documentos previsionais. Continua a ser cada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vez maior a fatia da receita corrente a financiar a despesa de capital. A cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias apresenta valores superiores aos do ano anterior, o que revela uma maior capacidade de gerar receitas próprias indiciando uma boa capacidade de financiamento interno e portanto um satisfatório grau de independência. As vendas de bens e prestações de serviços mantiveram sensivelmente o mesmo nível. O peso das despesas com o pessoal nas despesas correntes, diminuiu cerca de três pontos percentuais. Houve continuidade da evolução favorável da estrutura dos capitais próprios. A autonomia financeira continua a situar-se na ordem dos sessenta por cento. Verificou-se uma diminuição apreciável dos empréstimos bancários de médio e longo prazo. Confirma-se a tendência de descida, ao longo dos últimos anos, do nível do endividamento líquido e do passivo exigível líquido. Mantem-se um bom nível do valor da liquidez geral bem acima do valor de um, que é o valor que garante o cumprimento de todos os compromissos de curto prazo, isto é, a um ano. Por todas estas razões e de acordo com o parecer do ROC-Revisor Oficial de Contas, o grupo municipal do partido socialista, vai votar favoravelmente pela aprovação dos referidos documentos.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhora deputada eu tenho um grande respeito por si e sei que é uma pessoa inteligente, e também sei, que não foi a senhora deputada que escreveu esse artigo ou esse texto que veio aqui ler, uma vez que ele revela uma desinteligência sem igual. Eu começo, muito sinceramente, por algo que nós temos batido, periodicamente nestas Assembleias, que vossas excelências continuam pura e simplesmente a ignorar e a fazer tábua rasa, que são documentos, pareceres, coisas que até saem diariamente ou amiúde na comunicação social e que dizem que Lousada é dos municípios que melhor administra os seus dinheiros, que Lousada é dos municípios que melhor paga por aquilo que usufruiu, que mais rapidamente paga por aquilo que usufrui. E portanto, eu não percebo o porquê de vir aqui tecer comentários que já não têm lógica. Não quer dizer que não existam aí questões que pudessem eventualmente e certamente que serão respondidas pelo senhor presidente da Câmara e que tenham alguma acuidade. Agora a maior parte das questões e das dicas mantêm-se com uma posição que o PSD mantém, há não sei quantos anos, de que dívida é astronómica e que o município vai entrar em falência imediata. Por amor de Deus abandonem essa posição, se não, eu vou continuar a ter de dizer e a ter de vos lembrar que vocês são os grandes defensores dos aumentos de custos em Lousada e continuar-vos a lembrar de uma proposta que é a tal proposta do parque de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estacionamento do Senhor dos Aflitos, e digo isto, porquê? Porque a senhora deputada falou e muito bem que os deputados da coligação “Lousada Viva” em sede de reunião de Câmara têm feito milhares de propostas, não há dúvida. Esta é uma daquelas propostas que revela o sentido de muitas dessas propostas, são utópicas, edíficas e muitas vezes irrealistas e demonstram aquilo que qualquer oposição facilmente faz. Oposição pode ser irracional pode não ser, pode ser populista pode não ser. Vossas excelências escolheram esse caminho, oposição irrealista e utópica. É um caminho que terá os frutos que terá, novamente, como nos anos antecedentes. Por fim, senhora deputada, há uma coisa que me caiu mal sabe, com que então é preciso vir aqui, por isso é que eu digo que a pessoa que escreveu esse discurso é desinteligente, vir aqui a uma Assembleia Municipal pedinchar um cantinho de publicidade para o PSD na revista municipal. Senhora deputada não há necessidade disso, então, mas vocês têm rios de dinheiro, vocês fazem publicidade a rodos, certo ou errado? Até lhe digo mais, sabe o que eu acho, que por exemplo a comunicação social do concelho, dos concelhos limítrofes, da região, podia até dar umas achegazinhas em matéria de publicidade ao PSD, eu vou-lhe dizer. Esta semana, um membro do PSD Porto veio para o facebook, isso saiu na revista Visão, a dizer que há um senhor aqui do PSD de Lousada, que é um homem de mão de um senhor do PSD que por acaso é vice-presidente e que se chama Marco António Costa, pelo meio, para além de ele ser um homem de mão e portanto ter esta ligação funcional a este senhor, alegadamente. A Visão já aqui há uns tempos disse que havia uma empresa de publicidade muito grande, que também andava metida ao barulho e que gerou muito dinheiro, para campanhas e essas coisas. Vocês tem a certeza que não conseguem ir por essa via para a publicidade em vez de estarem a usar recursos municipais? Portanto eu acho que sinceramente vocês deviam escolher mais esse caminho, vocês têm dinheiro para publicidade. Não venha aqui no seu discurso pedinchar um cantinho de publicidade. A revista municipal, está definido o seu papel e está muito bem.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente à intervenção da senhora Dr^a Sandra e esta questão da publicidade. O que nós fazemos não é publicidade é divulgação da atividade municipal. Não é publicidade do partido socialista é divulgação da atividade municipal que todos os municípios fazem. Municípios do PSD, do CDS, do partido comunista, do bloco de esquerda, independentes e etc. Nos órgãos recorrentes não fazemos nada que ninguém faça, até fazemos menos, e bem. Portanto não vejo isso por essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

via, mas essencialmente, o que eu pensava e por isso é que vim aqui na segunda volta, é que iriam trazer algum pensamento financeiro diferente daquele que foi emanado na reunião de Câmara. Isto basicamente foi um plágio às palavras do senhor vereador Agostinho Gaspar. Todos nós tivemos acesso à declaração de voto foi aqui lido basicamente essas palavras. O que eu acho é que é falso tentarem obterem louros das iniciativas deste município, “porque se não fossemos nós... vocês não faziam isto...” Eu acho isso completamente ridículo, desculpe lá. E mais uma prova disso, é uma coisa muito simples, se tiver cuidado leia, não estou a falar pessoalmente, estou a falar para todas as pessoas, nada é pessoal é apenas discussão política, noutras situações e noutros comentários é pessoal e isso nota-se certamente mas eu não primo por essa vertente, se consultarem o programa eleitoral do partido socialista de dois mil e treze sufragado pelos eleitores lousadenses, constata lá uma série de medidas que vocês até podem ficar surpreendidos, nós não, que em menos de dois anos de mandato, grande parte delas já estão cumpridas. E lá vêm os exames médicos dos clubes desportivos, se calhar, lá por vocês pensarem a mesma coisa, não quer dizer que nós andamos a “toque de caixa” daquilo que pensam. Eu acho que essa situação deveria ser revista, mas pronto é o vosso posicionamento, e trazer algo mais, algum pensamento económico-financeiro para esta Assembleia, porque nos enriquece a todos, tal como o senhor Ferro trouxe. Outro tipo de análise, que não seja a exata cópia daquilo que foi dito, porque números financeiros há uma imensidão de formas de os estudar, então a nível governamental vemos isso, com as várias propostas, que tanto uns partidos como outros apresentam. Acho que poderia ser um bom contributo para esta Assembleia que infelizmente não foi aproveitado.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu se calhar vou fazer depois umas considerações mais genéricas. Julgo que todos leram a ata da minha intervenção na reunião de Câmara. O senhor Ferro também já foi, como é costume, muito claro nesta matéria, mas antes disso, eu queria dar nota de algumas considerações que foram feitas. Começando pela Dr.^a Sandra. Veio aqui dizer, além de mais, que estas contas demonstram o elevado valor das despesas correntes. Quem me dera que esse valor fosse mais baixo, seguramente, mas é para isso que nós trabalhamos e isso tem acontecido e isso também devia ter dito. As despesas correntes têm descido todos os anos sucessivamente. E aliás, já o disse mais que uma vez, é esse o grande desafio para todos os autarcas, quer seja nas Câmaras, quer seja nas Juntas, é pouparmos cada vez mais naquilo que é despesa corrente, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com essa poupança nós termos maior capacidade para investimento. E é isso que tem acontecido e que esta prestação de contas demonstra de uma forma categórica. Depois disse que o primeiro brinde que eu dei aos lousadenses foi o aumento de água, saneamento e RSU, um brinde de um por cento. Um por cento é quase nada, como sabe. Nós não podemos vir para aqui dizer que, não há receita... que as despesas correntes têm um valor muito grande... que o município daqui a pouco não tem condições para investimento, porque paga salários e fica sem condições para mais nada. E por outro lado, naquilo que é as receitas próprias, as poucas receitas próprias que o município tem, poucos municípios, felizmente Lousada tem esta receita. O que é queriam? Temos de as rentabilizar, como é óbvio. E temos de as rentabilizar porque, como disse ainda há pouquinho, há investimentos para fazer. Portanto, os sistemas têm de ser sustentáveis, depois, naturalmente, para temperar dificuldades de alguma franja da população, há que haver medidas corretivas, nós já temos há muitos anos e fomos dos primeiros a tê-las, com as tarifas sociais, como sabem, foi aprovado aqui nesta Assembleia Municipal. Nós defendemos a universalidade do serviço e achamos que não é pela condição económica que as pessoas devem ou podem deixar de usufruir deste serviço e por isso criamos tarifas mais acessíveis para essa população. Quanto ao resto, quem nos dera todos que fosse de borla, a água, saneamento e lixo, como é óbvio. Quem nos dera a nós. Agora qual é a solução? É que acabam por cometer aqui uma incongruência de todo o tamanho, estamos a falar de receitas próprias do município, as poucas que os municípios têm, é evidente que temos de ter sempre o cuidado nas respetivas atualizações, mas estamos a falar de um por cento. Não estamos a falar dos quarenta que se falou há pouquinho, isso aí não vos preocupa, os quarenta por cento não vos preocupa, um por cento preocupa-vos. A senhora devia estar preocupada com o brinde de quarenta por cento que o senhor ministro quer dar a todas as entidades gestoras da água e saneamento, isso é que a devia preocupá-la. Quanto à questão da captação de investimento, também já aqui foi dito, é um facto, não se vendeu, aliás é caricato, acabamos por fazer um contrato promessa de três lotes e depois não se consumou o negócio e ficamos com o sinal, entretanto o investidor perdeu o sinal. Mas tínhamos a noção que face à atualidade, aos tempos que correm ou baixávamos o preço ou ia ser muito difícil, e associada a essa baixa do preço, com incentivos fiscais poderíamos ter o problema resolvido ou pelo menos facilitado e adiante como alguém também já disse, vamos ter aqui dois pontos nesta ordem de trabalhos, que vem demonstrar isso, que de facto foi uma medida acertada quando propusemos e a Assembleia Municipal aprovou a baixa do preço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dos lotes em Lustosa e a aprovação dos incentivos fiscais. Portanto, há dois que vão ser aqui objeto de deliberação mas já temos mais três manifestações de interesse. E portanto eu estou plenamente convicto que começando as obras, o interesse vai ser ainda maior e a curto prazo nós vamos ter ali uma dinâmica diferente naquela área. Depois relativamente à revista. Seguramente que não é a revista do regime. A revista tem um fim de publicidade, é publicidade, não é propaganda, vocês não veem lá ninguém do partido socialista ou campanhas do partido socialista. Vocês veem lá atividade municipal, há essa preocupação das abordagens serem isentas. Agora o presidente de Câmara não se vai esconder, o presidente de Câmara representa o município e orgulha-se disso. Portanto, se é o rosto do município é natural que vá aparecendo na revista, nos jornais, na televisão. E o que eu sinto, grosso modo, nos municípios, é a satisfação por isso acontecer, aliás ainda há dias alguém dizia que Lousada está na moda, ainda na semana passada, foram para aí três vezes na televisão. Portanto acho que devíamos estar todos congratulados com isso. Não percebo esse tipo de abordagem, nós queremos e se acreditamos que uma estratégia a seguir por este município é o turismo, o território tem que ter notoriedade. E a notoriedade só se consegue com divulgação, com publicidade, com afirmação. E portanto estamos a fazer aquilo que achamos que devemos fazer, repito, sempre de uma forma isenta daquilo que é a todos os instrumentos disponíveis na Câmara Municipal. E depois queria retificar a questão do valor, porque os valores não são esses que foram referenciados. Por acaso, hoje, acho que não foram referenciados, mas na reunião de Câmara foi referido cem mil euros, mas nem metade disso é. Aliás baixou inclusivamente a despesa também de dois mil e treze para dois mil e catorze. Lá está, nesta política de poupar o máximo naquilo que é despesa corrente. E já agora a propósito de política de *show of* e de afirmação, eu nem preciso de me preocupar porque vocês também me ajudam a fazer esse trabalho. Agradeço também a disponibilidade à JSD de divulgar o presidente da Câmara, confesso que agora com o sol tenho problemas, começo a ficar moreno, nos *outdoors*. Vocês próprios ajudam-me nesse trabalho de afirmação, deixo aqui o registo da minha satisfação por me ajudarem nessa tarefa. Depois quanto ao aumento do tempo a fornecedores. É algo de pontual, isso está referenciado no relatório, deve-se ao facto de nós termos arrancado no final do ano com um conjunto significativo de obras nos sete centros escolares e naturalmente que são faturas de muito valor, cujo pagamento depende da libertação das verbas dos fundos comunitários. Portanto a trinta e um de dezembro havia ali faturas que ainda não estavam pagas e influencia logo o prazo médio de pagamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Mas nesta matéria não há problema nenhum porque o bom registo do pagamento a tempo e horas continua e seguramente é uma das marcas que vai continuar a existir neste município. Depois dizer que relativamente ao sistema de contabilidade, da forma como a questão foi aqui abordada até parece que não há controlo de despesa na Câmara Municipal. Atenção, não é isso. As despesas são todas controladas, todas registadas, nessa matéria não podia ser de outra forma, como é óbvio. Agora o que de facto o POCAL prevê é a implementação da contabilidade analítica, contabilidade de custo, que no fundo é para cada intervenção, para cada obra nós sabermos exatamente qual é o custo dela nomeadamente no que respeita à administração direta, porque há ali custos que são indiretos, como por exemplo o tempo parcial dos funcionários, não só os operários mas a retaguarda, os assistentes administrativos, quantas horas são imputáveis àquela obra, etc. Dá-nos sobre tudo, para nós gestores, uma ideia mais aproximada e para nós facilita na decisão. Mas do ponto de vista legal é inconsequente, não há consequências para a falta de implementação. Os serviços o que me dizem e o senhor Ferro referenciou isso, é que vai dar muito trabalho e nós estamos, como sabem, com problemas de pessoal, não temos margem para muito mais, mas os serviços o que me dizem é que vão fazer esse esforço para verem se conseguem implementar esse sistema, que vai requerer muito trabalho acrescido. Mas queria deixar aqui as pessoas descansadas que não há propriamente aqui uma ilegalidade com consequências para o município, não existe. Aliás referenciou a questão da inspeção de finanças, não consta sequer do relatório, não sei onde é que foi buscar isso. Depois dizer que relativamente às despesas com o gabinete de apoio. Não sei se são oitenta e oito, noventa, se são cem, é o que é de lei, há um conjunto de pessoas, poucas, aliás foram reduzidas, a própria lei assim o determinou que estão no apoio ao presidente e aos vereadores, no meu caso tenho duas pessoas, a Dr.^a Cristina e o Dr. António Augusto têm uma também cada um. Portanto é o que resulta disso. Quanto ao professor Santalha. Já foi dito mais do que uma vez, nas entrevistas, etc., parece que isso custa a entender, acredito que o Dr. José Gonçalves tem andado um pouco fora daqui que não tenha acompanhado a situação, mas sei também, que tem uma grande consideração pela pessoa em causa, ele próprio já me testemunhou isso. E só uma pessoa que mereça essa grande consideração é que está disponível para estar a trabalhar em regime “pro bono”. O senhor Ferro disse funcionário “pro bono”, não é funcionário, é aposentado, já foi funcionário público, mas está no gabinete de apoio à presidência em regime “pro bono”, não tem qualquer compensação, não tem viatura. Agora sei que isto custo admitir a algumas pessoas, mas é a verdade. Entidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

participadas. De facto houve aqui algumas perdas, nomeadamente da Lousada Séc. XXI, é um facto, e acreditamos que a Lousada Séc. XXI vai ser revertida. Contamos que seja já este ano, uma vez que prevemos que haja uma baixa nos custos de energia, por força da implementação do projeto de eficiência energética por um lado, e pelo facto também, no que respeita ao abastecimento de gás, ser possível agora desvincular-se de um contrato que tinham e poderem agora ser abastecidos pelo gás natural. E portanto acredito que a Lousada Séc. XXI passe a ter uma gestão mais equilibrada. Aliás terá mesmo que ser, como sabem não pode dar prejuízo por mais que dois anos seguidos sob pena de ter que ser extinta. Depois relativamente ao passivo. Não sei onde foi buscar esse valor, catorze milhões de euros, não é, mas se fosse era muito aquém do que alguns municípios, com a nossa dimensão, devem a um único fornecedor. Mas com o mal dos outros posso eu bem, não é isso que está em causa, é importante dizer que a dívida tem diminuído também sucessivamente. E importa também em abono da verdade, quando se fala em dívida total, falar também em dívida de terceiros, ou seja aquelas dívidas que entidades ou pessoas têm perante a Câmara Municipal. E portanto nessa diferença, do dever e haver, nós temos a dívida líquida, que é neste momento a trinta e um de dezembro, de dez ponto oito milhões de euros, mas aí já estão incluídos novecentos e vinte e dois do FAM. O FAM aquela coisa bonita que este governo nos impingiu, e como eu disse já também publicamente, vamos impugnar, estamos apenas à espera que nos façam a primeira retenção para irmos para tribunal. Portanto se não fosse a questão do FAM, estava nove virgula qualquer coisa milhões de euros, líquidos. Depois relativamente aos apoios às associações, comissões de fábrica, juntas de freguesia. Já foi dito mais que uma vez, que relativamente às Juntas de Freguesia quem me dera que o apoio fosse superior, mas o certo é que num tempo de cortes e grandes constrangimentos, foi uma preocupação que eu tive no início do mandato, de não diminuir as transferências para as Juntas de Freguesia, e sabem, inclusivamente até houve alguns acertos para as Juntas de Freguesia, com maior dimensão, pelo menos com maior representatividade em termos de fundo de financiamento das freguesias. E portanto foi umas das marcas, foi apoiar as Juntas de Freguesia, ter esse cuidado, com maior estabilidade, uma vez que como sabem também, pela primeira vez, recebem em datas previamente acertadas, julgo que não tem havido problemas, têm recebido nas datas que foram acordadas. Agora naturalmente que eu próprio gostaria que houvesse mais desafogo e que essa ajuda fosse mais significativa, mas as coisas são como são, e é com isso que temos de trabalhar. Houve de facto apoios pontuais, um apoio pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

menos pontual a uma comissão de fábrica, já o disse também na reunião de Câmara, foi à Fábrica de Igreja de Santo Estevão. É uma obra necessária, que nós entendemos também prioritária, até porque foi cofinanciada pela Ader-Sousa, pelo Leader. Foi-nos pedido ajuda com a *nuance* daquele investimento resolver outra necessidade, uma vez que a capela vai servir também de capela mortuária. Portanto achei muito bem a ideia, por um lado recuperamos aquele património e por outro fica já a freguesia servida com aquela necessidade. Quanto à questão das farmácias. Infelizmente como sabem a despesa com medicamentos tem vindo a crescer a um ritmo assustador. O estado mais uma vez infelizmente demitiu-se da sua responsabilidade. Entende que vinte ou trinta euros são ninharias, mas infelizmente, vinte ou trinta euros para algumas pessoas é muito dinheiro, e há muitas pessoas que não têm esse dinheiro para fazer face à sua participação dos medicamentos. Portanto se não tiverem ajuda, pura e simplesmente, não tomam a medicação. E a partir do momento em que nós nos apercebemos dessa realidade, tivemos que contribuir para a solução, enfim, contra aquilo que é as obrigações que estão devidamente plasmadas nas competências e atribuições do estado e das autarquias, mas é à nossa porta que as pessoas batem em primeira linha quando têm esses problemas. Portanto não podemos ficar insensíveis a essa chaga social. Começamos a apoiar com medicamentos, a despesa no início era pouco significativa, depois as pessoas como tinham esta dinâmica de vir aqui ao centro, à Câmara Municipal para tratar da burocracia, à segurança social, etc., acabavam por ir aqui às farmácias do centro. E por isso, nunca lhe demos a atenção devida, nunca vimos nisso um problema. Entretanto passados uns meses eu próprio fui abordado por uma senhora proprietária de uma farmácia em Lustosa que me deu nota de que também gostava de participar. E eu disse, sim senhora, não vejo problema nenhum, e de imediato passou a fazer parte. E mais recentemente, quando vimos que de facto isto tinha já um volume considerável, e por uma questão de transparência, nós prezamos muito também a transparência, não foi por acaso que no último ranking aparecemos entre os dez melhores. É também uma marca que nós queremos preservar. Portanto fez-se uma reunião com todas as farmácias e na segunda-feira, aqui neste salão nobre, assinamos um acordo com todas, todas ficarão em igualdade de circunstância mas com uma ressalva, não dividimos o território por farmácias. O que nós vamos fazer é, ao dar a credencial ao utente para comprar os medicamentos, vai a listagem de todas as farmácias que aderiram ao protocolo, e depois, a escolha é do utente. Acho que isso é o que faz sentido, não faria sentido a Câmara estar a aqui a encaminhar pessoas, a angariar clientes. Foi o que fizemos e eu acho que de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

forma acertada. Portanto esse problema está resolvido. Quanto aos seguros e exames. Eu percebo que queira imputar a si os louros, mas como disse o Nelson era uma das nossas propostas, está cumprida. Em jeito de conclusão dizer que me congratulo com estes resultados apresentados, Lousada continua a ser uma Câmara de boas contas, é evidente que a nossa gestão, o nosso dia-a-dia é cada vez mais difícil, mais exigente, mas é o que temos, e temos de continuar nesta luta constantes de ver onde é que se pode poupar em termos de despesa corrente, para irmos continuando a trabalhar, a fazer investimento. Penso que é notório que a Câmara de Lousada continua com dinâmica de investimento. E portanto isso é muito positivo. E apesar de todos estes constrangimentos eu vejo o futuro com muito otimismo.» -----

----- Eram zero horas quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: Carlos Pedro Teixeira Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2014, conforme estabelece a alínea l), do número dois do artigo vinte e cinco e o número dois do artigo vinte e sete, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas em cumprimento do número um e três do artigo setenta e seis da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro” -----

----- A proposta numero um foi aprovada por dezoito votos a favor e quinze abstenções dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, Pedro Filipe de Sousa Gomes dos Reis em substituição de João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de Cidália de Lurdes Pereira Neto, Clara Filomena Teixeira Trigo em substituição de António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, José Oliveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- TERCEIRO PONTO: Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, conforme estabelece a alínea l), do número dois, do artigo vinte e cinco da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- QUARTO PONTO: Reconhecimento do Estatuto de Interesse Municipal - Encosta Geométrica Alumínios Unipessoal, Lda; -----

----- Intervenção da Sr^a. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas quero referir, senhor presidente, que estas empresas que vão adquirir lotes nos terrenos da zona industrial de Lustosa, não são resultado de qualquer política de captação de investimento. Pois as duas empresas já estão sediadas no concelho. Trata-se apenas de uma deslocação dessas empresas, de Boim para Lustosa. No entanto há que referir que realmente pode trazer vantagens para zona industrial, com certeza, esperemos que seja uma mais-valia. Uma vez que atrás destas empresas poderão aparecer outras e deixando a zona industrial de ser um deserto. Há também que referir que estas duas empresas são do mesmo proprietário. É também bom que se refira isso.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Sónia Ribeiro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, senhor presidente da Câmara e vereadores, estimados colegas, público e comunicação social. É com grande agrado que a bancada do partido socialista, verifica que após a aprovação na última Assembleia municipal, do regulamento relativo aos projetos de interesse municipal, são aqui trazidos dois projetos de forma a ser reconhecido o estatuto do projeto de interesse municipal. Verificamos que foi uma aposta acertada e que começa a dar os primeiros resultados, com uma política de incentivos fiscais, impulsionadora da captação empresarial, da inovação, e acima de tudo, o aumento do número de postos de trabalho em Lousada. A Câmara Municipal traça um rumo positivo, no que se refere a estas duas matérias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

essenciais, nos dias de hoje. Cumprindo com mais um dos objetivos a que se propunha. Abordando o caso deste ponto e do ponto seguinte da ordem de trabalhos, verificamos que haverá essencialmente um investimento na melhoria das condições empresariais, trazendo mais emprego e uma nova vitalidade à zona de acolhimento empresarial de Lustosa. É benéfico que esta situação seja amplamente divulgada, para que mais empresas possam melhorar as suas condições, criem mais postos de trabalho, beneficiem de uma política fiscal amigável em termos locais e vejam Lousada como um local atrativo, para o seu desenvolvimento e investimento empresarial. Lousada e os lousadenses agradecem.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu sei que a hora está adiantada mas eu vou ser muito breve. Só para lamentar, e vem na senda daquilo que disse no início da outra intervenção. Fico triste porque vejo na abordagem de alguns assuntos, que a única intenção, é de menosprezar. Acho que, de quando em vez, devíamos-nos congratular todos, quer de uma parte, quer de outra, de qualquer coisa de positivo. Porque se há coisas positivas, esta é uma delas. Vir aqui dizer que isto não é captação, é realocização. Ir ao requinte de dizer que são do mesmo proprietário. O que é que interessa? Não são do mesmo proprietário, quando muito os acionistas é que podem ser os mesmos, são duas sociedades comerciais diferentes. É só este registo.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento do estatuto de “Projeto de Interesse Municipal” ao projeto de investimento apresentado pela ENCOSTA GEOMÉTRICA, Lda, a ser instalado no lote nº. 31, na Zona de Acolhimento Empresarial de Lustosa, bem como a concessão dos seguintes benefícios fiscais: a) Isenção total das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, devidas pela aprovação de operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, necessárias à atividade prevista no projeto de investimento; b) Isenção total, do pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), devido pela aquisição ao Município de Lousada do lote nº. 31 da Zona de Acolhimento Industrial de Lustosa, sito no Lugar de Chão de Lebres, da freguesia de Lustosa, descrito na Conservatória de Registo Predial sob o número 2072/20080715, e inscrito na matriz predial urbana 4622 da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão); e c) Isenção total, do pagamento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por um prazo de cinco anos, relativo ao lote n.º 31 da Zona de Acolhimento Empresarial de Lustosa, sito no Lugar de Chão de Lebres, da freguesia de Lustosa, descrito na Conservatória de Registo Predial sob o número 2072/20080715, e inscrito na matriz predial urbana 4622 da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), incluindo-se na isenção eventuais benfeitorias ou construções e respetivas ampliações que venham a ser efetuadas no prédio, no valor estimado de 4.653,23 de acordo com a alínea c) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugado com o n.º 2 art.º 16º da Lei n.º 73/2013, de 3/09 e do art.º 8º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Manuel Gonçalves. -----

----- QUINTO PONTO: Reconhecimento do Estatuto de Interesse Municipal - A Strongblue - Industria de Confeções, Lda; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento do estatuto de “Projeto de Interesse Municipal” ao projeto de investimento apresentado pela Strongblue – Industria de Confeções, Lda, a ser instalado no lote n.º 30, na Zona de Acolhimento Empresarial de Lustosa, bem como a concessão dos seguintes benefícios fiscais: a) Isenção total das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, devidas pela aprovação de operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, necessárias à atividade prevista no projeto de investimento; b) Isenção total, do pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), devido pela aquisição ao Município de Lousada do lote n.º 30 da Zona de Acolhimento Industrial de Lustosa, sito no Lugar de Chão de Lebres, da freguesia de Lustosa, descrito na Conservatória de Registo Predial sob o número 2071/20080715, e inscrito na matriz predial urbana 4621 da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão); e c) Isenção total, do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

prazo de cinco anos, relativo ao lote n.º 30 da Zona de Acolhimento Industrial de Lustosa, sito no Lugar de Chão de Lebres, da freguesia de Lustosa, descrito na Conservatória de Registo Predial sob o número 2071/20080715, e inscrito na matriz predial urbana 4621 da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), incluindo-se na isenção eventuais benfeitorias ou construções e respetivas ampliações que venham a ser efetuadas no prédio, no valor estimado de 4.563,30€, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugado com o n.º 2 art.º 16º da Lei n.º 73/2013, de 3/09 e do art.º 8º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos . -----

----- SEXTO PONTO: Segunda revisão ao orçamento da despesa, primeira revisão ao orçamento da receita e primeira revisão ao plano plurianual de investimentos; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da segunda revisão ao orçamento da despesa, primeira ao orçamento da receita e primeira ao Plano Plurianual de Investimentos nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro”. -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- SÉTIMO PONTO: Abertura de procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 2º grau para o cargo de dirigente da Divisão de Mobilidade e Equipamento, bem como designação do respetivo júri; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de segundo grau, seja composto pelos seguintes membros: Presidente: docente de reconhecida competência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

na área funcional respetiva, designado por estabelecimento de ensino superior público (Faculdade de Engenharia – Universidade do Porto), a designar; 1º Vogal: José Carlos Sousa Nogueira, Diretor do Departamento de Obras Municipais, em regime de substituição, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; 2º Vogal: Dr.^a Isabel Maria Alves Coelho, Diretora do Departamento de Administração e Finanças, que se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, 1º Vogal suplente: Arquiteto Joaquim Emílio Canudas Vilalta, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística do Município de Lousada em regime de substituição e 2º Vogal suplente: Dr.^a Ana Carla Fonseca Mendes, Chefe da Divisão de Comunicação, Património Cultura Educação Desporto do Município de Lousada, que substituirão os membros efetivos nas suas faltas e impedimentos, do art.º 13º da Lei nº 49/2012 de 22 de dezembro”. -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- OITAVO PONTO: Atribuição de despesa de representação aos dirigentes intermédios de 1º e 2º Grau para o mandato 2013/2017 – Retificação;-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a retificação da deliberação aprovada na sessão de 29 de novembro de 2013, no que concerne à atribuição das despesas de representação aos dirigentes intermédios de 1º e 2º grau, uma vez que as mesmas devem ser reportadas ao mandato 2013/2017 e produzir efeitos desde da data da proposta inicial e não para o ano de dois mil e catorze como tinha sido proposto” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- NONO PONTO: Assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de Serviços de Transportes Escolares em transporte coletivo de passageiros ano letivo 2015/2016; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos, de acordo com os seguintes valores: dois mil e quinze – cento e setenta e dois mil euros; dois mil e dezasseis – duzentos e oitenta e três mil euros, referente à aquisição de serviço de transportes escolares, em transporte coletivo de passageiros (passes escolares) para o ano letivo de 2015/2016, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.ª da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- DECIMO PONTO: Assunção de compromissos plurianuais - Procedimento para aquisição de seguros para a Câmara Municipal;-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por quatro anos económicos, referente à aquisição de serviço de seguros nos seguintes termos: seguros de pessoal - dois mil e quinze – sessenta e cinco mil euros; dois mil e dezasseis – cento e trinta mil euros; dois mil e dezassete – cento e trinta mil euros; dois mil e dezoito sessenta e cinco mil euros; outros seguros: dois mil e quinze – sessenta mil euros; dois mil e dezasseis – cento e vinte mil euros; dois mil e dezassete – cento e vinte mil euros; dois mil e dezoito sessenta mil euros, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.ª da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.-----

-----DECIMO PRIMEIRO PONTO- Plano de Atividades 2015 - Lousada Séc. XXI - Aprovação do anexo em falta aquando da aprovação dos documentos provisionais para o ano de 2015; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número nove do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do plano de atividade para o exercício de 2015 da Lousada Séc. XXI, EM Sociedade Unipessoal, Lda. que deveria ter sido submetido à aprovação como anexo ao plano e orçamento do Município como refere o nº 2 do art.º 42º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro” -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.-----

----- DECIMO SEGUNDO PONTO: Contrato de comodato celebrado entre o Município de Lousada e a União de Freguesias de Cernadelo, Lousada São Miguel e Lousada Santa Margarida, para utilização do polidesportivo de Cernadelo; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dez do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do protocolo de comodato celebrado entre o Município de Lousada e a União de Freguesias de Cernadelo, Lousada São Miguel e Lousada Santa Margarida, quanto à utilização do polidesportivo e respetivas construções de apoio, sito na Rua da Junta da União de Freguesias de Cernadelo, Lousada São Miguel e Lousada Santa Margarida em cumprimento da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.-----

----- DECIMO TERCEIRO PONTO: Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para encargos que não excedam o limite 99.759,58; ----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número onze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para delegar competências no presidente da Câmara, autorização genérica, para assunção de compromissos plurianuais, para os encargos que não excedam o limite de €99.759,58, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, comprometendo-se o mesmo a cumprir as regras e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

procedimentos previstos na Lei nº 8/12 de 21 de fevereiro e os demais requisitos legais de execução de despesas, bem como remeter informação ao mesmo órgão, da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõem, em conformidade com o nº 3 do artº 6º da lei nº 8/12 de 21 fevereiro alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março” -----

----- A proposta número onze foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- DECIMO QUARTO PONTO: Reconhecimento de Interesse Público – Adriano Carneiro & Manuela – Recuperáveis Têxteis, Lda.; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número doze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, o reconhecimento de interesse público municipal na regularização das instalações fabris da empresa Adriano Carneiro & Manuela – Recuperáveis Têxteis, Lda., localizada na Rua da Costa na Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), na medida que a empresa tem parte das suas instalações em espaço florestal de produção e em área de classe de risco de incêndio, infringindo o Plano Diretor Municipal em vigor, para cumprimento da alínea c) do nº 4 do art.º 5º do Decreto-Lei nº 165/2014 de 05 de novembro” -----

----- A proposta número doze foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- Eram zero horas e quinze minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- DECIMO QUINTO PONTO: Construção da Casa Mortuária de Lodares - atribuição de subsídio e autorização para assunção de compromissos plurianuais; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número treze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Freguesia de Lodares no valor de 56.000,00€ para a construção da Casa Mortuária de Lodares, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” bem como a aprovação da autorização prévia da repartição de encargos financeiros pelo ano de 2015 no valor de vinte mil euros e pelo ano de 2016 no valor de trinta e seis mil euros” -----

----- A proposta número treze foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- DECIMO SEXTO PONTO: Construção da Casa Mortuária de Silvares – atribuição de subsídio e autorização para assunção de compromissos plurianuais;-----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu queria só aproveitar este ponto para me referir e congratular pela atribuição deste valor, finalmente. Passados que são cinco anos desde que iniciamos este processo. E portanto perceber que de facto este compromisso de que o pagamento será feito em dois anos, assim o espero. Mas ao mesmo tempo também ressaltar que apesar de tardio é bem-vindo mas que é uma obra, é importante que as pessoas percebam, nunca foi uma obra que a Câmara Municipal e o senhor presidente considera-se importante. E portanto que fique aqui claro na minha posição neste momento. Foi uma obra que nós Junta de Freguesia achamos que era importante para a população e por isso em bom tempo a iniciamos, está concluída e hoje é do agrado de todos. E isto resulta, pelo que me pareceu das declarações de voto, porque de facto há o relacionamento institucional, e muito bem, que no fundo não é uma obrigação mas é ao mesmo tempo um compromisso que vinha do passado, de pagar à Juntas de Freguesia a construção das suas casas mortuárias quando elas acontecessem.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu aproveitava para perguntar ao senhor presidente de Câmara, uma vez que não sei. Se isto é a casa mortuária de Silvares ou se é da união das freguesias? Porque Alvarenga não tem casa mortuária e eu não sei se depois também lhe vai ser atribuída este subsídio ou não. Não sei se há aqui algum entendimento, não conheço o documento.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Querida dizer que contrariamente áquilo que foi dito pelo senhor presidente da Junta, eu não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tenho nada que considerar importante ou não importante. Quem define as estratégias para o município sou eu e os vereadores. Quem define a estratégia para as Juntas de Freguesia são os presidentes de Junta e os seus executivos e as respetivas Assembleias de Freguesia. E portanto não me compete a mim enfim, posso ter como cidadão, a minha opinião mas uma vez que estou no exercício das funções que estou, devo esse dever de reserva de não fazer essas considerações. E portanto não sei porque que fez essa observação. Provavelmente pelo facto de a sua solicitação não ter sido atendida, quando a fez em primeira hora, mas isso não resultou do facto de nós desconsiderarmos a importância que a obra porventura poderia ter para a freguesia, mas por aquela razão que todos nós sabemos, é que, “em casa que não há pão todos ralham e ninguém tem razão”. Portanto, quando há necessidades de limitar a despesa tem que haver prioridades. Na altura não havia condições para fazer face a esta necessidade. Dizer-lhe também que isto prova que nós não discriminamos ninguém, porque a Câmara Municipal e eu próprio fui muito hostilizado com esta obra. Recordo um incidente aqui nesta Assembleia, onde fui acusado de ter faltado à inauguração, quando o convite que me fizeram foi meter um envelope na minha caixa do correio, conforme fizeram a muitos cidadãos da freguesia. E quando passados uns meses, eu vou à casa mortuária e vejo uma placa de inauguração onde é referido, presidente da Junta, o secretário o tesoureiro. E não vi lá o presidente da Câmara com corretor por cima, e presumo que placa foi desterrada no dia da inauguração. Portanto, com isto dizer que eu nunca fui bem-vindo naquela inauguração. Esta obra serviu de ataque político, mas apesar disso, eu prezo tratar todos de forma igual, não guardo ressentimentos, mas face à intervenção que teve não podia deixar de dizer o que acabei de dizer.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número catorze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga no valor de 56.000,00€ para a construção da Casa Mortuária de Silvares, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” bem como a aprovação da autorização prévia da repartição de encargos financeiros pelo ano de 2015 no valor de vinte mil euros e pelo ano de 2016 no valor de trinta e seis mil euros” -----

----- A proposta numero catorze foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- DECIMO SETIMO PONTO: Construção da Casa Mortuária de Macieira – atribuição de subsídio e autorização para assunção de compromissos plurianuais -----

---- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quinze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Macieira no valor de 33.825,61€ para a construção da Casa Mortuária de Macieira, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” bem como a aprovação da autorização prévia da repartição de encargos financeiros pelo ano de 2015 no valor de vinte mil euros e pelo ano de 2016 no valor de treze mil, oitocentos e vinte e cinco euros e sessenta e um cêntimos” -----

----- A proposta número quinze foi aprovada por unanimidade trinta e dois votos. -----

----- DECIMO OITAVO PONTO: Construção da Casa Mortuária de Caíde de Rei – atribuição de subsídio e autorização para assunção de compromissos plurianuais -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dezasseis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, aprovação da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Caíde de Rei no valor de 22.125,27€ para a construção da Casa Mortuária de Caíde de Rei, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” bem como a aprovação da autorização prévia da repartição de encargos financeiros pelo ano de 2015 no valor de vinte mil euros e pelo ano de 2016 no valor de dois mil, cento e vinte e cinco euros e vinte e sete cêntimos” -----

----- A proposta número dezasseis foi aprovada por unanimidade trinta e dois votos. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----- -----

----- Não houve intervenção do público -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

----- Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

----- João Fernando Pinto Magalhães presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas. -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apenas a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos.-----

----- Eram zero horas e vinte e três minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA
